



PETRORECONCAVO S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais
Completas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2022

Sumário

Relatório da Administração.....	2
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras.....	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	39
Relatório anual sobre o resumo das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, para o exercício de 2022.....	40
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício fiscal do ano de 2022 encerrando em 31 de dezembro do mesmo ano.....	44
Demonstrações financeiras individuais e Consolidadas referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e Relatório do Auditor Independente.....	46

Relatório da Administração

A indústria de petróleo e gás experimentou em 2022 mais um ano de muita volatilidade, causada principalmente pela combinação de eventos geopolíticos disruptivos, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e por um choque na cadeia global de suprimentos após a reabertura econômica da maioria dos países com o arrefecimento da pandemia da COVID-19. Tais fatos, combinados com alguns anos de sub-investimento em novos projetos no setor de petróleo a nível global, bem como uma forte e coesa atuação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) no sentido de controle da oferta pelos seus países membros, fizeram com que a oferta da *commodity* não acompanhasse o crescimento da demanda. Como efeito se registrou um forte crescimento nos preços médios do óleo e gás, tendo o preço médio do petróleo tipo Brent, por exemplo, atingido uma média de US\$101 por barril em 2022 contra US\$70 por barril em 2021, e uma média de US\$82,12 por barril na primeira quinzena de março de 2023.

Os mesmos eventos descritos acima, acabaram ainda contribuindo para um cenário macroeconômico mundial bastante complexo, caracterizado por uma inflação alta e persistente, em mercados desenvolvidos e emergentes, e uma escalada de taxa de juros na maioria dos países como ferramenta de política monetária dos bancos centrais para reduzir a inflação.

Mesmo em um cenário de muitas incertezas e com novos ativos em seu portfólio, a Companhia entregou um crescimento robusto, consistente e sustentável. Encerramos o ano de 2022 orgulhosos das conquistas e motivados pelos novos desafios. A Companhia registrou uma produção que superou 23 mil barris de óleo equivalente por dia no quarto trimestre e 21,3 mil BOED no consolidado de 2022, uma marca que representa um crescimento de 72% na comparação anual. Somam-se a esta forte performance operacional as melhorias nos preços das *commodities*, em especial o aumento do preço médio do petróleo tipo Brent, bem como as significativas melhorias na precificação do nosso gás natural e seus derivados, a partir do nosso pioneirismo na comercialização destes produtos após a abertura do mercado de gás em 2022. Como efeito, registramos um crescimento de 186% em nossa receita líquida, de 201% no EBITDA e de 552% no lucro líquido quando comparados ao ano anterior, sendo que tais indicadores atingiram as marcas recordes de R\$2,98 bilhões, R\$1,6 bilhão e R\$1,2 bilhão, respectivamente, no acumulado de 2022.



Executamos um extenso programa de investimentos, o maior já realizado pela Companhia, com a perfuração bem-sucedida de 38 novos poços e a execução de 263 intervenções em poços e novas completções. Também investimos no programa de integridade de nossos ativos e na ampliação de nossa capacidade para processamento e escoamento da produção, por exemplo através da assinatura de contrato para construção de unidade de tratamento de gás, com capacidade de 400 mil metros cúbicos de gás natural por dia na Bacia do Recôncavo. Seguimos ampliando nossa capacidade de execução com a incorporação de recursos humanos, materiais e a disciplinada gestão de alocação de capital. Além da aquisição de novos equipamentos de grande porte, em especial sondas e unidades de estimulação, reforçamos nossa estrutura com contratações e qualificação de pessoal, em uma busca incessante de melhorias de produtividade. Em 31 de dezembro de 2022, já éramos 1.215 colaboradores diretos, 99% brasileiros, grande maioria de Potiguares e Baianos. Destes colaboradores, cerca de 28% ou 340 pessoas foram contratados durante o ano de 2022, o que demonstra a enorme capacidade de geração de emprego e oportunidades que a Companhia possui. Destaca-se ainda um expressivo aumento na força de trabalho de terceiros e o esforço da Companhia na formação de novos profissionais promovidos em parceria com o SENAI nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Reforçamos nossa estrutura de capital com a realização de oferta pública subsequente de distribuição primária de ações ordinárias – *follow on*, com captação superior a R\$1 bilhão, contratação de dívida corporativa e pré-pagamento do financiamento contratado na controlada Potiguar E&P para aquisição do Polo Riacho da Forquilha, com destaque para os seguintes benefícios: simplificação dos *covenants* e garantias, flexibilização dos compromissos de *hedge*, redução dos custos da dívida e alongamento do prazo de vencimento e amortizações.



No final de 2022, anunciamos a aquisição da Maha Energy Brasil, concluída em 28 de fevereiro de 2023. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a operar 60 campos de petróleo e gás natural e passou a deter direitos sobre os contratos de concessão de 6 blocos exploratórios, além de participação em uma concessão operada por terceiros. Seguiremos focados no desenvolvimento de nosso plano de negócios e atentos às oportunidades de crescimento para consolidação no *onshore* brasileiro.

No âmbito social, a Companhia intensificou esforços de apoio às comunidades vizinhas às suas operações, com destaque para os programas Viva Sabiá, que visa garantir o acesso a água potável em um conjunto de comunidades no Rio Grande do Norte, e Ciranda Viva que promove o desenvolvimento econômico sustentável de uma série de comunidades no entorno de nossas operações na Bahia. Além disso, a Companhia registrou no ano 2022, o pagamento de mais de R\$ 1,1 bilhão em impostos e *royalties*.

Por fim, agradecemos o empenho de nossos colaboradores e a confiança dos nossos investidores, credores e parceiros de negócio, reforçando nosso compromisso de alocação disciplinada e segura de recursos, busca incessante da melhoria contínua na eficiência e produtividade da organização, além da transparência na comunicação.



01

Portfólio de Ativos

O Portfólio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era composto por 2 (dois) ativos de produção de petróleo e gás natural em campos terrestres (*onshore*), localizados em duas bacias sedimentares:

- **Ativo Bahia** na Bacia do Recôncavo – Abrangendo o Polo Remanso + BTREC e o Polo Miranga.
- **Ativo Potiguar** na Bacia Potiguar – Abrangendo o Polo Riacho da Forquilha.

Ativo Bahia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia operava 26 Campos de Petróleo e Gás Natural no Estado da Bahia. O portfólio foi construído a partir das aquisições dos Polos Remanso e Miranga junto a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, concretizadas em dezembro de 2021 e do Polo BTREC, adquirido através de Rodadas de Licitações da ANP.



Ativo Potiguar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha direitos sobre 33 campos, dos quais 30 são 100% de propriedade da Companhia e por ela operados, dois são operados pela Companhia em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda, um é operado pela Mandacaru Energia. O Ativo Potiguar, é composto pelo Polo Riacho da Forquilha, que teve sua aquisição concluída em 9 de dezembro de 2019 junto a Petrobras, e compreende o bloco exploratório POT-T-702, adquirido através de Rodadas de Licitações da ANP.



No quarto trimestre de 2022, a Companhia alcançou mais um marco relevante com a aquisição da Maha Energy Brasil. Conforme detalhado nos Fatos Relevantes divulgados nos dias 28 de dezembro de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, essa aquisição agrega ao portfólio da Companhia o Campo de Tartaruga, que está localizado na Bacia de Sergipe-Alagoas, o Campo de Tiê e blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo. Os ativos adquiridos passaram a integrar o portfólio da Companhia a partir de 28 de fevereiro de 2023 e, portanto, os resultados de produção e financeiros ainda não estão compreendidos nos resultados divulgados neste relatório.

02

Desempenho Operacional

A Companhia fechou o quarto trimestre de 2022 com uma produção média de 23.072 barris de óleo equivalente por dia ("BOED"), um aumento de 69% na comparação com o mesmo período do ano anterior e de 72% na comparação anual acumulada.

Destaque para o crescimento de 221% na produção de Gás Natural na comparação anual acumulada.

No quarto trimestre, a produção média de gás natural em barris de óleo equivalente atingiu 42% de participação sobre a produção total, registrando incremento de 16p.p. frente ao mesmo período do ano anterior.

Média de Produção Bruta Working Interest Diária (em barris de óleo equivalente por dia - BOED)

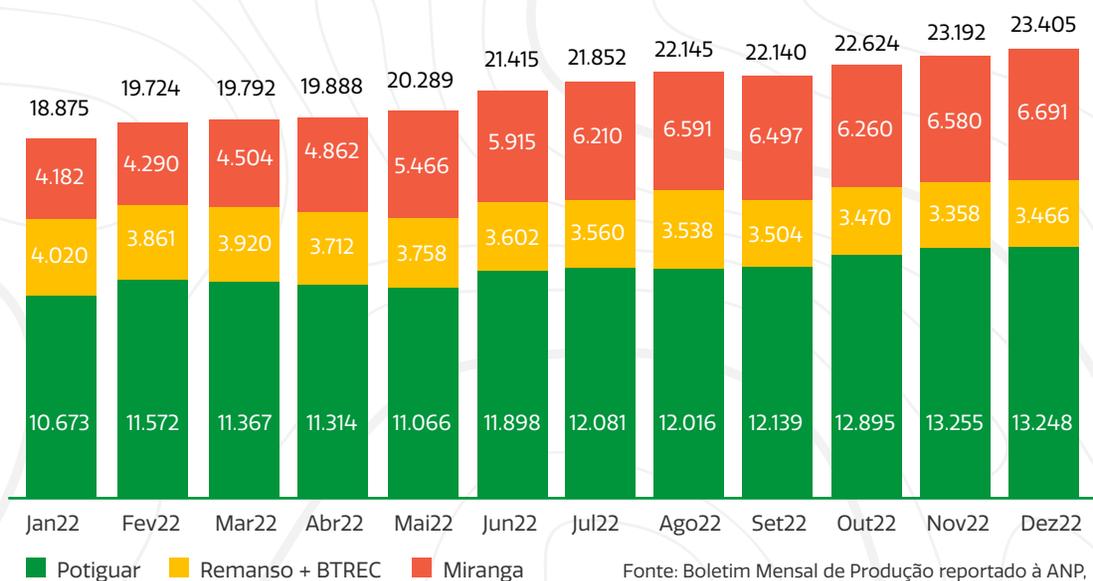
		4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Ativo Bahia	Óleo	4.484	4.572	-2%	3.384	32%	4.448	3.190	39%
	Gás	5.457	5.394	1%	1.417	285%	4.878	774	530%
	Subtotal	9.941	9.966	-0,3%	4.801	107%	9.326	3.965	135%
Ativo Potiguar	Óleo	8.913	8.398	6%	6.689	33%	8.354	6.558	27%
	Gás	4.218	3.680	15%	2.151	96%	3.608	1.868	93%
	Subtotal	13.131	12.078	9%	8.840	49%	11.961	8.426	42%
Total	Óleo	13.397	12.971	3%	10.073	33%	12.801	9.748	31%
	Gás	9.675	9.074	7%	3.568	171%	8.486	2.643	221%
	Total	23.072	22.045	5%	13.641	69%	21.287	12.391	72%

Fonte: Boletim Mensal de Produção reportado à ANP

No mês de dezembro de 2022, a Companhia registrou recorde de produção média diária, totalizando 23.405 barris de óleo equivalente ("BOED"). No acumulado do ano de 2022, a Companhia registrou uma média de 21.287 BOED, superando em 4% a curva de 2022 no Relatório de Certificação de Reservas 2P, com data base de 31 de dezembro de 2021.

Produção por Polo

Produção média (*working interest*) em barris de óleo equivalentes por dia (BOED)



Fonte: Boletim Mensal de Produção reportado à ANP, Produção Ajustada da Companhia

Programa de Investimentos

Ao decorrer de 2022, a Companhia manteve um intenso ritmo de atividades, com destaque para os trabalhos de perfuração no Ativo Potiguar e intervenções de *workover* em ambos os ativos. Os sucessivos incrementos na produção exigiram investimentos em infraestrutura de facilidades para tratamento e escoamento da produção. Outros investimentos em facilidades relacionados a manutenção da segurança e integridade dos ativos, em especial na revitalização e expansão dos parques de compressão de gás natural, também foram executados ao longo de 2022. O quadro abaixo sumariza o capital aplicado em projetos de Investimento para incremento da produção e perfuração de poços.

	Ativo Bahia (R\$MM)	Ativo Potiguar (R\$MM)	Total (R\$MM)
Perfuração	0	141	141
<i>Workovers</i>	222	154	376
Facilidades	67	63	130
Total	290	356	646

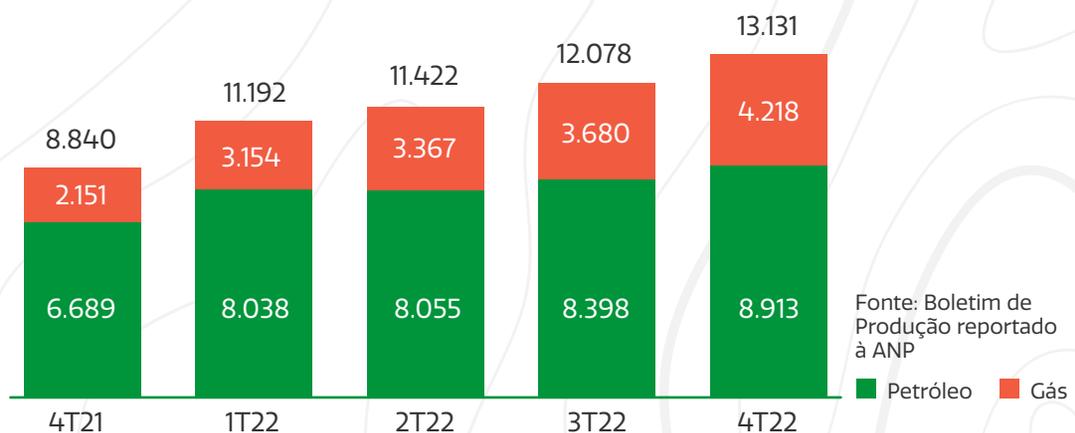
O montante investido em 2022 superou em 10,7% o estimado na certificação de reservas (data base dezembro 2021 e taxa de dólar à época de R\$5,50). O aumento é justificado, sobretudo, pelo maior custo de serviços e materiais, decorrente do efeito da inflação que afetou a indústria. Com o objetivo de acelerar o programa de investimentos, a Companhia mobilizou alguns serviços de terceiros, que dado a desequilíbrio entre oferta e demanda, tiveram preços pressionados no período.

Também vale destacar que, ao longo de 2022, foram mobilizadas 5 novas sondas de *workover* que vem percorrendo uma curva de aprendizagem capturando eficiência, especialmente no tempo médio de execução dos projetos.

Ativo Potiguar

No quarto trimestre de 2022, a produção média do Ativo Potiguar alcançou 13.131 barris de óleo equivalente por dia ("BOED"), com crescimento de 9% em comparação ao trimestre anterior e de 49% quando comparado ao mesmo período do ano de 2021. A produção de petróleo registrou aumento de 33% enquanto a de gás natural registrou aumento de 96% na comparação com o quarto trimestre de 2021. Os volumes demonstrados no gráfico abaixo representam a produção total de participação da Companhia (*Working Interest*) do Ativo Potiguar, incluindo os 32 campos operados pela Companhia e a participação na concessão operada pela parceira Mandacaru Energia.

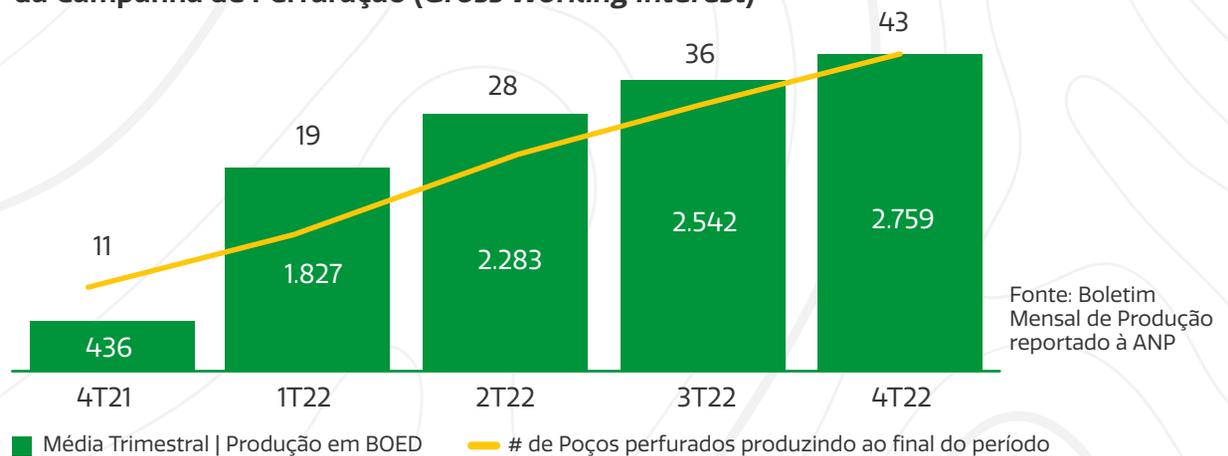
Ativo Potiguar | Produção média (*working interest*) em barris de óleo equivalentes por dia (BOED)



Dentre as principais atividades realizadas em 2022 com impacto na produção, destacamos um total de 32 poços perfurados e completados para produção. Desde o início da atual campanha de perfuração no Ativo Potiguar, a Companhia já perfurou e completou para a produção um total de 43 poços, tendo ainda em 31/12/2022 um *backlog* de 6 poços perfurados em 2022, mas ainda pendentes de completação inicial. Os poços perfurados e completados responderam pelo incremento médio de produção de 2.759 barris de óleo equivalente por dia ("BOED") no 4T22. Dentre os poços em fase de completação está o primeiro poço perfurado pela Companhia no bloco exploratório POT-T-702. A perfuração deste poço alcançou a profundidade final de 659 metros, constatando a existência de óleo na formação Alagamar. A Companhia requisitou licença de teste de longa duração junto a ANP, com objetivo de avaliar o potencial de produção e concluir estudo de comercialidade do Bloco.

O gráfico abaixo demonstra o efeito das perfurações realizadas pela PetroReconcavo nos resultados de produção, desde o início da Campanha, em agosto de 2021.

Ativo Potiguar | Soma da produção média diária dos poços da Campanha de Perfuração (*Gross Working Interest*)

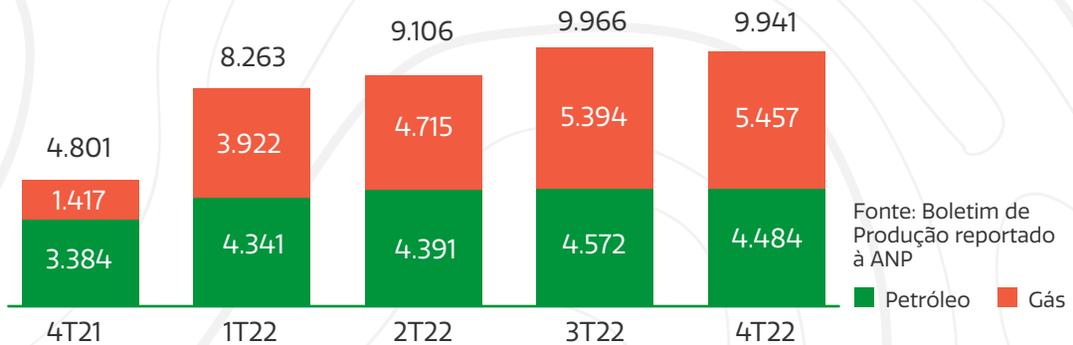


Em 2022, a Companhia manteve uma média de 4,7 sondas ativas de *workover*, tendo realizado 140 projetos de *workover* e completações ao longo do ano, com um investimento total de cerca de R\$154 milhões de reais.

Ativo Bahia

No quarto trimestre de 2022, a produção do Ativo Bahia se manteve estável quando comparada ao trimestre anterior, com uma produção média de 9.941 BOED. Na comparação com o mesmo período do ano anterior a produção do Ativo Bahia apresentou um aumento de 107% em BOED, sendo um aumento de 32% na produção de petróleo e crescimento de 285% na produção de gás natural.

Ativo Bahia | Produção média (*working interest*) em barris de óleo equivalentes por dia (BOED)

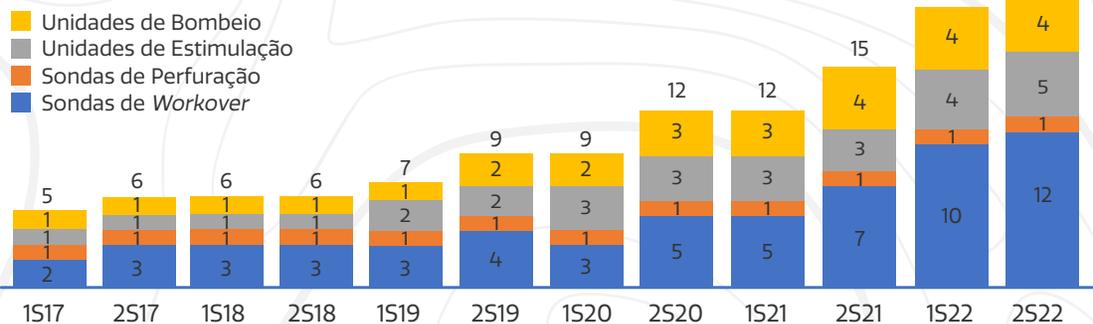


A estratégia de investimentos do 4T22 no Ativo Bahia contou com a realização de um total 28 projetos de *workover*. No ano de 2022, realizamos um total de 123 projetos de *workover*, com um investimento de cerca de R\$220 milhões, e uma disponibilidade média de 3,8 sondas dedicadas aos Polos Remanso + BTREC e Miranga no período.

Aceleração do programa de investimentos

A Companhia segue ampliando sua capacidade de execução, em linha com a estratégia de alocação de capital para desenvolvimento de suas reservas nos Ativos em que opera. No quarto trimestre de 2022, concluímos a mobilização da quinta unidade de estimulação e da décima segunda sonda de *workover*.

Evolução da Frota de Equipamentos



A frota mobilizada em dezembro de 2022 inclui equipamentos próprios e alugados, operados com equipes próprias, e a primeira 100% terceirizada, mobilizada a partir de outubro de 2022. Os equipamentos alugados são 5 sondas de *workover*, além daquele 100% terceirizado como mencionado anteriormente. Os próprios incluem: 6 sondas de *workover* (incluindo uma unidade *flushby* - sonda leve), 1 sonda de perfuração, 5 unidades de estimulação e 4 unidades de bombeio (que incluem as unidades de cimentação).

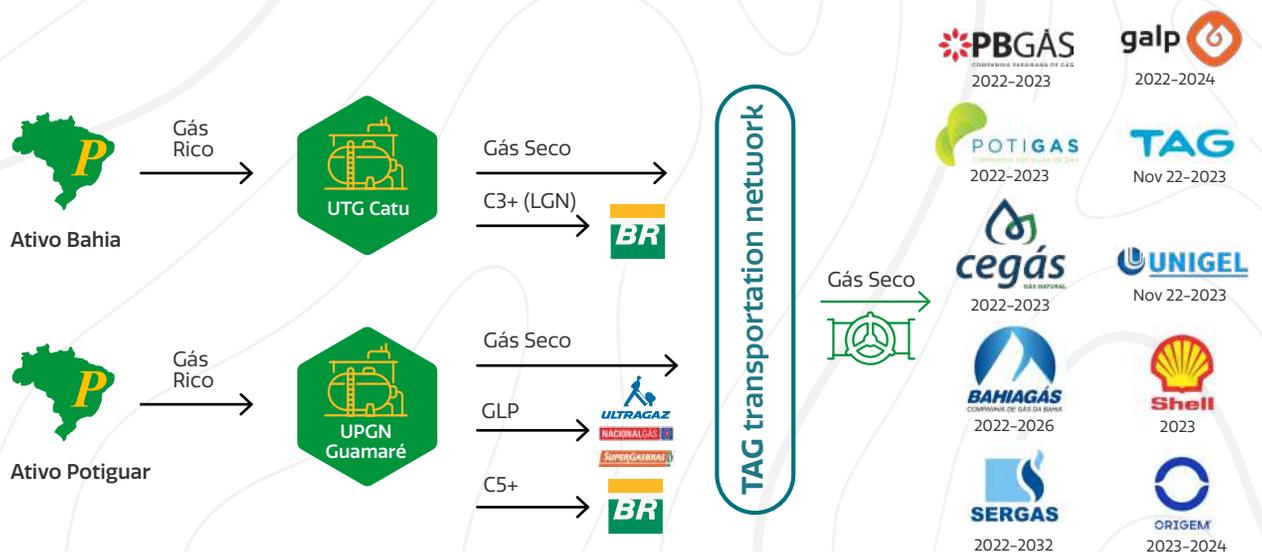
Com o objetivo de assegurar a execução de seu plano de negócios, a Companhia segue em processo de mobilização de equipamentos adicionais para reforçar e otimizar eficiência de execução. Atualmente, encontram-se em diferentes estágios de mobilização: 1 Sonda de Perfuração 100% terceirizada, 1 Sonda própria de Perfuração Leve, 1 Sonda própria de Perfuração Profunda, 4 Sondas próprias de *Workover* e 1 Unidade de Fraturamento.

Gás Natural

A partir de 1º de janeiro de 2022, com a regulamentação da nova Lei do Gás e com a possibilidade de contratação das infraestruturas essenciais de processamento e transporte, foi dado início ao fornecimento de gás natural da PetroReconcavo e suas controladas para distribuidoras estaduais de gás do Nordeste brasileiro e para consumidores do mercado livre de gás, bem como a comercialização de sua produção de líquidos processados de gás natural. Montamos ao longo do ano, mais uma vez de forma pioneira, uma competente estrutura de comercialização do Gás Natural, que foi capaz de desenvolver várias modalidades contratuais, garantindo melhorias de preço ao longo do ano e impactando positivamente a margem do negócio e a estabilidade futura do fluxo de caixa da companhia. Atualmente, a Companhia pode comercializar o gás natural, a partir de qualquer Ativo com qualquer um dos atuais clientes.

Os diagramas abaixo apresentam o fluxo de produção do gás natural do Ativo Bahia e Ativo Potiguar, respectivamente.

Ao longo do quarto trimestre, a Companhia firmou dois novos contratos de compra e venda de gás natural de natureza flexível, isto é, sem volumes firmes definidos, com a Shell e a Origem, que visam dar mais flexibilidade comercial, alinhados à estratégia da Companhia.

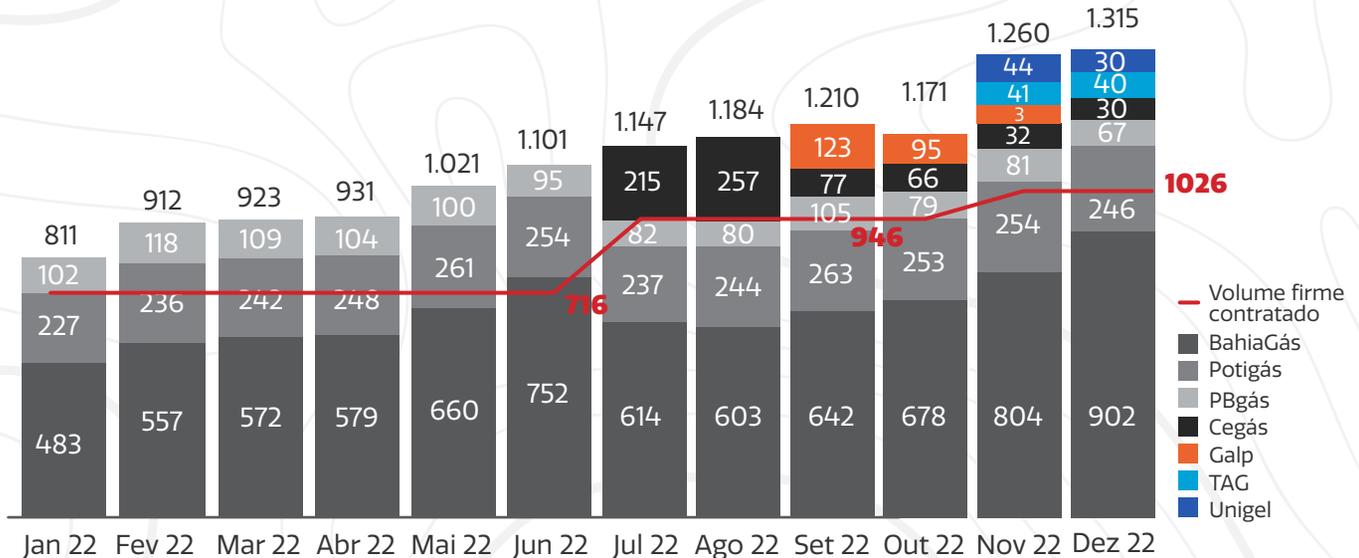


Após o encerramento do trimestre, a Companhia firmou um novo contrato para suprimento de gás natural com a Sergas, o primeiro com vigência de 10 (dez) anos. O contrato é de modalidade firme, flexível e interruptível em seu teor. Os volumes firmes previstos são de 50.000 m³/dia de gás natural no segundo semestre de 2023 e 100.000 m³/dia de gás natural de 2024 a 2032. O preço do gás do referido contrato será constituído pela soma do repasse do custo de transporte (Parcela de Transporte) com a Parcela da Molécula. A Parcela da Molécula dos volumes firmes de gás natural do referido contrato é de 13,6% da cotação do Petróleo tipo Brent para 2023 e 2024 e 12,6% da cotação do Petróleo tipo Brent para 2025 a 2032. Foram determinados preços de piso e teto para cotação do Petróleo tipo Brent, que serão ajustados por inflação americana CPI anualmente.

Ao final do ano de 2022, a Companhia possuía contratos com demanda firme de volumes da ordem de 1.026 mil m³/dia. Os volumes produzidos superiores às demandas firmes contratadas seguem sendo comercializado em contratos flexíveis e no trimestre foram destinados preferencialmente à Bahiagás e GALP.



Gás Natural Processado | Volume médio mensal comercializado em Mm³ por dia por distribuidora



Desde janeiro de 2022, a Companhia comercializa sua produção de líquidos processados de gás natural. Os volumes comercializados podem ter variações entre os volumes produzidos que podem ser armazenados em estoque. Os volumes produzidos seguem conforme tabela abaixo:

Líquidos Processados de Gás Natural | Volume Produzido por Trimestre

	Unidade	1T22	2T22	3T22	4T22
C3+	m ³	11.808	14.594	17.149	17.056
GLP	toneladas	6.269	6.590	7.258	7.784
C5+	m ³	3.180	3.666	3.442	3.803

A produção de GLP é comercializada desde janeiro com a distribuidora Ultragas e desde abril também com a Nacional Gás Butano. A Companhia assinou contrato com a Supergasbras em 30 de dezembro de 2022.

Todo o volume produzido de C5+ (Ativo Potiguar) foi comercializado em 2022 com a Petrobras.

Quanto ao volume de líquido de gás natural produzido na Bahia (C3+), derivado do processamento do gás natural, as receitas em 2022 se deram na forma do contrato de Swap assinado com a Petrobras.

O Contrato Swap com a Petrobras estabelece que a Companhia vende o Gás Rico, produzido em todos os campos dos Polos Remanso e Miranga, na entrada da Unidade de Tratamento de Gás de Catu ("UTG Catu"), e a Petrobras, por sua vez, revende o gás natural seco após o processamento da UTG para a Companhia, gerando créditos a partir dos líquidos produzidos e retidos na UTG que podem ser utilizados para abatimento dos custos de Processamento de Gás e outros custos. Na prática, o Contrato Swap possibilitou a antecipação do acesso às infraestruturas necessárias para a comercialização da produção de gás natural e derivados líquidos no Estado da Bahia, de forma independente, a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

Em 21 de julho de 2022, a Companhia foi notificada pela Petrobras acerca de possíveis discrepâncias nos valores dos créditos obtidos dos líquidos de gás natural (LGN) oriundos do processamento do gás na UTG Catu, suportados pelos Contratos de Swap entre a Petrobras e a Companhia e sua Controlada SPE Miranga.

Devido à notificação recebida, mantendo a sua postura conservadora e de absoluta transparência com o mercado, e em consonância com as melhores práticas contábeis, a Companhia deixou de reconhecer parte dos créditos aos quais faz jus contratualmente e reconheceu uma provisão para perdas no contas a receber, até que um acordo com a Petrobras seja alcançado.

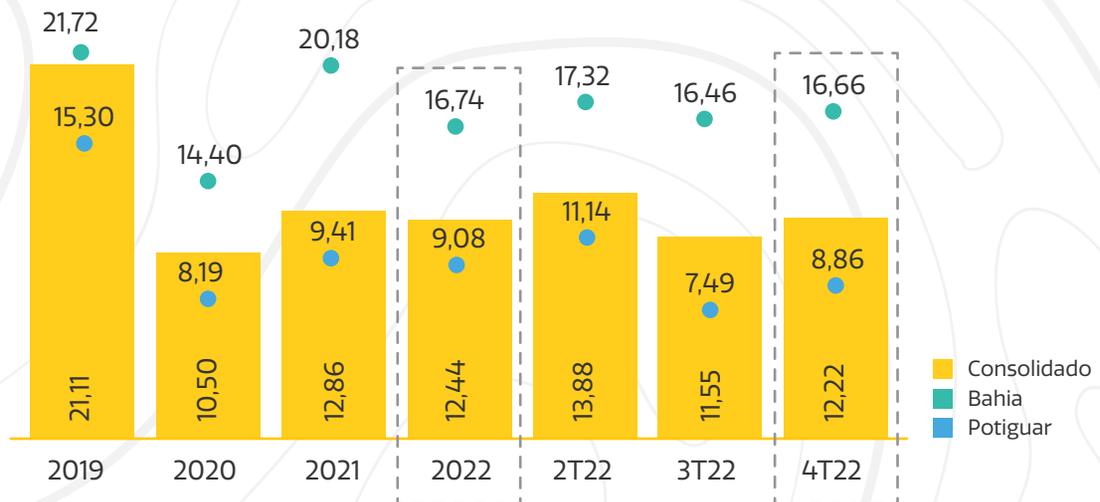
Cumpre salientar que a Companhia firmou contrato definitivo para escoamento e processamento do gás natural em moldes semelhantes ao contrato firmado pela controlada potiguar E&P para acesso à UPGN Guamaré, e que os supracitados Contratos de Swap tiveram a sua vigência encerrada em 28 de fevereiro de 2023. A partir dos novos contratos de processamento e escoamento, vigentes a partir de 01 de março de 2023, a Companhia passou a ter direitos à comercialização do C3+ produzido na planta.



Custos

O custo médio de produção consolidado do 4T22, que soma os custos totais dos serviços prestados e de vendas, excluindo-se os custos com aquisição, processamento e transporte do gás, os *royalties*, a depreciação, a amortização e a depleção, dividido pela produção bruta total em barris de óleo equivalente (BOE) no período (*lifting cost*) foi de US\$12,22/BOE, representando um aumento de 6% quando comparado ao trimestre anterior. No exercício de 2022, esse custo foi de US\$12,44/BOE, representando uma redução de 3% com relação ao ano de 2021.

PetroReconcavo Consolidado | Custo médio de produção (em US\$/BOED)



A diferença nos custos médios de produção entre os Ativos advém, principalmente, das diferenças de maturidade dos reservatórios, sobretudo custos variáveis fluido (água + petróleo) maiores no Polo Remanso + BTREC, decorrente de fase mais avançada em projetos de recuperação secundária.

Como parte da estratégia de posicionamento da Companhia no Mercado do Gás Natural e a conseqüente contratação das infraestruturas de escoamento, processamento e transporte do gás natural junto à Petrobras e TAG, passamos a registrar custos dessa natureza que totalizaram R\$141.385 mil no trimestre, 13% superior ao registrado no 3T22.

Maiores detalhes sobre as variações de custo no trimestre podem ser obtidos no tópico "Desempenho Financeiro Consolidado".

Certificação de Reservas 2022

Em 14 de março de 2023 a Companhia divulgou novo relatório de certificação de reservas, com data base de 31 de dezembro de 2022, elaborado pela Netherland, Sewell & Associates, Inc. – NSAI.

Considerando apenas as reservas brutas de óleo e gás de titularidade da Companhia (*Working Interest*) classificadas como 2P (provadas + prováveis), a Companhia teve um incremento de 14,9 MMBOE em reservas com relação ao último relatório, totalizando 170,8 MMBOE.

Considerando a produção de participação bruta da Companhia acumulada nos campos no período entre a emissão dos relatórios, ou seja, durante o ano de 2022, de 7,6 MMBOE, o volume total de reservas incrementais geradas pela Companhia foi de 22,5 MMBOE, o que representa uma taxa de reposição de reservas 2P (*Reserves Replacement Ratio* - "RRR") de 3,0.

A relação entre o volume de reservas 2P e o volume produzido em 2022 (R/P) é de 20 anos. O custo de desenvolvimento de reservas futuras é de US\$8,96 por barril de reserva. As reservas 1P representam 80% do total de reservas 2P.

As principais variações de reservas estão justificadas pela identificação de novos projetos e melhoras significativas nos preços de realização, sobretudo relacionadas ao sucesso na negociação dos novos contratos de processamento e venda de gás que permitiram introduzir reservas adicionais de produtos extraídos do Gás (Gás, GLP e C5+) e o acesso a novos clientes.



03

Desempenho Financeiro Consolidado

DRE Consolidada (em milhares de R\$)

	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita líquida	776.606	804.848	-4%	285.362	172%	2.975.939	1.040.604	186%
Custos e despesas	(333.784)	(319.918)	4%	(116.572)	186%	(1.125.643)	(401.818)	180%
Royalties	(51.445)	(61.497)	-16%	(31.568)	63%	(240.876)	(103.980)	132%
EBITDA	391.377	423.433	-8%	137.221	185%	1.609.420	534.806	201%
Depreciação, amortização e depleção	(83.600)	(112.580)	-26%	(43.107)	94%	(351.220)	(250.200)	40%
Lucro Operacional	307.777	310.853	-1%	94.115	227%	1.258.200	284.606	342%
Resultado financeiro líquido	52.886	(45.488)	n.m.	1.266	4.077%	66.400	(50.989)	n.m.
Impostos correntes	47.403	(81.140)	n.m.	(12.835)	n.m.	(129.246)	(46.653)	177%
Impostos diferidos	573	27.658	-98%	(10.249)	n.m.	(41.963)	(10.065)	317%
Resultado líquido	408.639	211.883	93%	72.297	465%	1.153.391	176.899	552%

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia cresceu 186% em 2022, passando de R\$1,04 bilhão em 2021 para R\$2,98 bilhões em 2022. No trimestre, a Companhia registrou receita líquida de R\$777 milhões, redução de 4% versus o 3T22.

Receita Líquida (em milhares de R\$)

	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Ativo Bahia	472.059	525.119	-10%	124.274	280%	1.866.550	385.177	385%
Receita com Petróleo	192.967	235.121	-18%	98.070	97%	858.489	326.804	163%
Receita com gás natural e subprodutos	279.092	289.998	-4%	21.289	1211%	1.008.061	49.425	1.940%
Outras receitas com prestação de serviços	-	-	n.m.	4.915	n.m.	-	8.948	n.m.
Ativo Potiguar	599.226	620.759	-3%	322.021	86%	2.340.488	1.078.534	117%
Receita com petróleo	428.709	467.729	-8%	303.736	41%	1.800.475	1.018.930	77%
Receita com gás natural e subprodutos	170.517	153.030	11%	18.285	833%	540.013	59.604	806%
Instrumentos financeiros derivativos	(98.724)	(127.316)	-22%	(69.939)	41%	(441.631)	(126.780)	248%
Receita Bruta	972.561	1.018.562	-5%	376.356	158%	3.765.407	1.336.931	182%
Deduções sobre a Receita	(195.955)	(213.714)	-8%	(90.994)	115%	(789.468)	(296.327)	166%
Receita Líquida	776.606	804.848	-4%	285.362	172%	2.975.939	1.040.604	186%

O faturamento da Companhia no ano de 2022 foi impactado positivamente principalmente pela abertura do novo mercado do gás e contratos de compra e venda firmados, pelos incrementos de produção, mencionados no tópico Desempenho Operacional, além do preço médio do petróleo tipo Brent em 2022 que foi de US\$101,19/bbl, 43% maior que o preço médio observado no ano de 2021.

No quarto trimestre, o preço médio do petróleo tipo Brent foi de US\$88,71/bbl, 12% inferior ao preço médio observado no trimestre anterior. A receita foi impactada pela redução no preço do petróleo e parcialmente compensada pelo aumento de produção. A tarifa média de câmbio de reais para dólares se manteve estável nos últimos dois trimestres.

Em contrapartida, a desvalorização do barril de petróleo do tipo Brent resultou em um menor impacto nos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período. No quarto trimestre de 2022, registramos uma perda de R\$99 milhões nessa rubrica, 22% menor que o trimestre anterior. No trimestre, foram liquidados contratos de *hedge* com um volume de 519 mil barris de petróleo, a um preço médio de US\$53,77/bbl.

Na receita oriunda da venda do gás natural e seus subprodutos, a Companhia e suas controladas iniciaram, a partir de 1º de janeiro de 2022, contratos para suprimento de gás natural com distribuidoras do Nordeste e outros clientes do mercado livre de gás com melhoras significativas no valor do preço da molécula quando comparado ao ano de 2021.

A variação na receita de gás natural na comparação trimestral do Ativo Bahia se explica sobretudo pelo aumento no volume firme comprometido em contrato com a Bahiagás, e que possui um preço médio inferior à média praticada no período anterior.



Custos e despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta algumas aberturas e comparativos dos custos e despesas em 2022 e 2021.

Custos e Despesas (em milhares de R\$)								
	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Pessoal	62.448	62.667	0%	42.273	48%	228.024	128.268	78%
Serviços, Consultorias, Aluguéis e Materiais	69.012	60.543	14%	44.229	56%	254.625	161.832	57%
Energia Elétrica	19.852	19.014	4%	17.796	12%	73.877	56.868	30%
Licenciamento ambiental	3.202	3.510	-9%	2.672	20%	13.398	13.207	1%
Escoamento, processamento e transporte do gás	141.385	124.929	13%	-	n.m.	445.912	-	n.m.
Perdas de crédito esperadas	32.749	37.962	-14%	-	n.m.	70.711	-	n.m.
Outros custos e despesas	5.136	11.293	-55%	9.602	-47%	39.096	41.643	-6%
Total	333.784	319.918	4%	116.572	186%	1.125.643	401.818	180%

Os custos e despesas cresceram 4%, passando de R\$320 milhões no terceiro trimestre de 2022, para R\$334 milhões no quarto trimestre de 2022.

Os custos com pessoal ficaram estáveis nos últimos dois trimestres, apesar do impacto do dissídio coletivo de 11% reconhecido a partir de setembro. Já os custos com energia elétrica aumentaram 4% na comparação trimestral. Essa variação reflete o aumento de demanda por energia alinhada ao aumento da produção.

Os custos de serviços, consultorias, aluguéis e materiais aumentaram 14%, passando de R\$61 milhões no terceiro trimestre, para R\$69 milhões no quarto o trimestre de 2022. Esse aumento reflete principalmente maiores custos com reparos de poços incorridos no período.

Os custos com o escoamento, processamento e transporte de gás natural no quarto trimestre de 2022 aumentaram 13% versus 3T22, refletindo o aumento da produção de gás e incidência de encargos previstos em contratos por diferença de quantidades diárias contratadas e quantidades efetivamente utilizadas.

Por fim, reconhecemos no trimestre uma perda estimada de crédito no montante de R\$33 milhões, relacionada à incerteza no recebimento de parte dos valores dos créditos obtidos dos líquidos de gás natural (LGN) oriundos do processamento do gás na UTG Catu, suportados pelos Contratos de Swap entre a Petrobras e a Companhia e sua Controlada SPE Miranga.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro, líquido (em milhares de R\$)								
	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receitas financeiras	10.924	7.489	46%	5.246	108%	29.035	31.352	-7%
Despesas financeiras	(19.218)	(44.024)	-56%	(17.774)	8%	(109.445)	(93.947)	16%
Variações cambiais, líquidas	61.180	(8.953)	n.m.	13.794	343%	146.810	11.606	1165%
Resultado financeiro, líquido	52.886	(45.488)	n.m.	1.266	4077%	66.400	(50.989)	n.m.

O resultado financeiro líquido no quarto trimestre de 2022 foi positivo em R\$53 milhões, comparado com um resultado negativo em R\$45 milhões no terceiro trimestre de 2022. O resultado é impactado, principalmente, pela variação cambial no período. A Companhia possui aplicações financeiras e financiamentos, além de passivos a pagar oriundos de aquisições de ativos, atrelados à taxa de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio R\$/US\$ reduziu 3,5% no período, passando de R\$ 5,41 em 30 de setembro de 2022 para R\$ 5,22 em 30 de dezembro de 2022. Quando comparado ao ano anterior, a taxa de câmbio reduziu 6,5%, passando de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,22 em 31 de dezembro 2022.

Além disso, as despesas financeiras apresentaram uma redução de 56% no 4T22 quando comparadas ao 3T22 devido, principalmente, pelo reconhecimento no 3T22 do saldo de custo de captação do financiamento sindicalizado contratado para aquisição de Riacho da Forquilha.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Imposto de renda e contribuição social (em milhares de R\$)								
	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Correntes	47.403	(81.140)	n.m.	(12.835)	n.m.	(129.246)	(46.653)	177%
Diferidos	573	27.658	-98%	(10.249)	n.m.	(41.963)	(10.065)	317%
Imposto de renda e contribuição social	47.976	(53.482)	n.m.	(23.084)	n.m.	(171.209)	(56.718)	202%

As variações observadas na rubrica de imposto de renda e contribuição social no último trimestre de 2022 foram positivas devido, principalmente, a dois fatores.

- (a) Pagamento de Juros sobre Capital Próprio no mês de dezembro, no montante bruto de R\$180 milhões; e
- (b) Também no mês de dezembro houve a homologação por parte da Delegacia da Receita Federal do Brasil, do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") para a controlada SPE Miranga, que prevê uma redução de 75% no Imposto de Renda e Adicionais da referida empresa pelo prazo de 10 anos, iniciando em 01 de janeiro de 2022. Os efeitos desse benefício fiscal para 2022 foram reconhecidos a partir dessa homologação e o impacto no trimestre foi de R\$82 milhões, reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes.



Demonstração de fluxo de caixa consolidada (em milhares de R\$)

	4T22	3T22	Δ%	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Resultado antes dos impostos	360.663	265.365	36%	95.381	278%	1.324.600	233.617	467%
Depreciação, amortização e depleção	83.600	112.580	-26%	43.106	94%	351.220	250.200	40%
Juros e variações cambiais, líquidas	(48.279)	23.611	n.m.	32.175	n.m.	(96.212)	80.627	n.m.
Baixas do imobilizado e de arrendamentos	33.480	34.916	-4%	53.811	-38%	141.359	155.246	-9%
Outros ajustes e variações ao lucro	39.778	63.178	-37%	23.932	66%	117.264	41.363	183%
Varição de ativos e passivos	10.909	61.721	-82%	14.778	-26%	(63.657)	(39.201)	62%
Juros pagos	(3.499)	(20.259)	-83%	(13.545)	-74%	(46.111)	(60.126)	-23%
IR e CSLL pagos	(65.485)	(64.685)	1%	(3.346)	1857%	(222.313)	(22.827)	874%
Varição do Caixa resultante das atividades operacionais	411.167	476.427	-14%	246.292	67%	1.506.150	638.899	136%
Adições ao imobilizado e ao intangível	(343.172)	(352.521)	-3%	(522.025)	-34%	(1.227.617)	(832.281)	48%
Aplicações financeiras	134.920	142.031	-5%	177.047	-24%	(571.477)	(485.872)	18%
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(208.252)	(210.490)	-1%	(344.978)	-40%	(1.799.094)	(1.318.153)	36%
Captação de financiamento	-	658.438	n.m.	-	n.m.	658.438	60.479	989%
Pagamento de financiamentos, arrendamentos e valores a pagar por aquisições	(186.002)	(655.671)	-72%	(76.020)	145%	(1.010.063)	(304.104)	232%
Aumento de capital social, líquido de custo para emissão	-	-	n.m.	-	n.m.	996.587	1.111.648	-10%
Efeito líquido de compras e vendas de ações	3.889	(7.887)	n.m.	(541)	n.m.	(3.437)	(2.471)	39%
Dividendos e JCP pagos	(164.751)	(872)	18.793%	-	n.m.	(205.309)	-	n.m.
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(346.864)	(5.992)	5.689%	(76.561)	353%	436.216	865.552	-50%
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	310	(277)	n.m.	-	n.m.	597	-	n.m.
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(143.639)	259.668	n.m.	(175.247)	-18%	143.869	186.298	-23%

O caixa gerado pelas atividades operacionais reduziu 14% no quarto trimestre de 2022 quando comparado ao trimestre anterior, conforme desempenho operacional explanado acima nesse relatório.

O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 208 milhões no quarto trimestre de 2022, com uma combinação dos seguintes fatores:

- (I) A Companhia aplicou R\$343 milhões em adições ao imobilizado e intangível, principalmente em investimentos para incremento da produção e em perfurações de novos poços;
- (II) No quarto trimestre de 2022, tivemos resgates líquidos de aplicações financeiras no montante de R\$135 milhões.

A Companhia aplicou no acumulado do ano R\$1,8 bilhão nas atividades de investimento. Desse montante, R\$571 milhões referem-se a aplicações financeiras, líquidas de resgates, decorrentes dos recursos obtidos com a oferta subsequente de ações (*follow-on*) realizada em junho.



O restante do caixa aplicado nas atividades de investimento, correspondente a R\$1,23 bilhão, foi aplicado da seguinte forma:

- R\$646 milhões foram aplicados para desenvolvimento de nossas reservas, incluindo *workovers* para incremento da produção, perfurações de novos poços e investimentos na infraestrutura para armazenamento e escoamento da produção;
- Outros R\$372 milhões foram aplicados em adições ao almoxarifado para inversões fixas, sobretudo na formação de estoque para operação do Polo Miranga e na preparação para aceleração das atividades de investimentos em *workover*. Foram utilizados em atividades de reparo e manutenção e reconhecidos no custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos no montante de R\$137 milhões;
- Também foram aplicados R\$30 milhões como adiantamento requerido pela Petrobras para que fosse iniciada a fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição das concessões associadas ao Polo Bahia Terra;
- O restante foi aplicado, em especial no aumento do imobilizado da Companhia com destaque para os valores pagos para ampliação da Frota de Sondas e Serviços que somaram R\$122 milhões.



A tabela abaixo demonstra o total do caixa aplicado nas atividades de investimento no ativo imobilizado e intangível da Companhia:

Capex 2022 (em R\$MM)	Adições	Transferências	Total
Investimentos para incremento da produção e perfuração de poços	483	163	646
Almojarifado de inversões fixas	529	(157)	372
Direito de produção de óleo e gás	30	-	30
Gastos exploratórios	4	-	4
Demais ativos fixos e intangíveis	181	(6)	176
Total	1.228	-	1.228

O caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$347 milhões no quarto trimestre de 2022, com destaque para o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$165 milhões líquidos de imposto de renda e de R\$186 milhões referentes a pagamento de financiamentos, arrendamentos e valores a pagar por aquisições. Como consequência dos itens listados acima, a redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no quarto trimestre de 2022 foi de R\$144 milhões, enquanto no trimestre passado houve um aumento de R\$260 milhões.



04

Outros destaques do balanço

Posição de caixa (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou posição de caixa, que representa a soma dos saldos de caixa e equivalentes e aplicações financeiras, de R\$1,6 bilhão.

Atualmente, a maior parte dos recursos da Companhia são aplicados em fundos cambiais. Essas aplicações têm como objetivo acompanhar a variação do dólar contra o real e a Companhia visa se proteger da variação cambial, uma vez que a grande maioria das dívidas da Companhia e suas controladas são denominadas em dólar. Adicionalmente, a Companhia possui potenciais compromissos futuros relacionados a aquisições de ativos cujos valores também são cotados em dólares.

Endividamento

Endividamento líquido (em milhares de R\$)			
	31/12/22	31/12/21	Δ%
FINEP	331	1.647	-80%
Empréstimos bancários	670.168	762.081	-12%
Custos a amortizar	(14.918)	(22.437)	-34%
Valores a pagar de aquisições	918.272	1.263.049	-27%
Dívida bruta	1.573.853	2.004.340	-21%
Caixa e equivalentes de caixa	361.028	217.159	66%
Aplicações financeiras	1.250.163	655.644	91%
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(37.338)	1.131.537	n.m.
EBITDA últimos 12 meses	1.609.420	534.806	201%
Dívida Líquida/ EBITDA últimos 12 meses	-0,02 x	2,12 x	-2,14 x

A Companhia registrou caixa líquido no quarto trimestre de 2022, impactado, principalmente, pela captação de recursos através da oferta primária subsequente de ações - *follow on* no segundo trimestre do ano e da geração de caixa acumulada do período.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia constantemente a possibilidade de realizar operações de hedge da produção futura de petróleo com o objetivo de aumentar a previsibilidade e proteger o fluxo de caixa futuro. A Companhia celebrou contratos a termo de *commodity* para gerir o risco de preço das *commodities* associado às transações futuras de até 36 meses, todos na Controlada Potiguar E&P, conforme mencionado no tópico "Receita Líquida".

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de *commodity* em aberto em 31 de dezembro de 2022, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de *hedge*:

Instrumentos de <i>hedge</i> contratos em aberto	Preço médio do exercício	Quantidade	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i>
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	US\$/barril	Em barris	R\$ mil
Menos de 3 meses	51,17	434.350	(77.998)
De 3 a 6 meses	51,80	462.000	(77.796)
De 6 a 12 meses	53,82	899.750	(129.389)
De 1 a 2 anos	58,18	1.012.250	(102.409)
Total	54,65	2.808.350	(387.592)

O volume médio total de barris *hedgeados* para o ano de 2023, conforme tabela acima, é de aproximadamente 4.921 bopd, ou cerca de 21,3% da produção média total da Companhia no 4T22 que foi de 23.072 boepd. Olhando-se somente para a produção de petróleo, a produção *hedgeada* corresponde a 36,7% da produção média de petróleo da Companhia no 4T22 que foi de 13.397 bopd.

No terceiro trimestre, a Companhia assinou contrato de financiamento sindicalizado com o objetivo de pré-pagamento da dívida contratada para aquisição do Polo Riacho da Forquilha, simplificando *covenants* e garantias, que eliminaram a necessidade de contratação de *hedges* adicionais.

05

SSMS & ASG

Segurança e Saúde

A Companhia possui uma cultura que busca se pautar pela gestão responsável de riscos e impactos que as nossas atividades geram nas pessoas, comunidades e no meio ambiente. Temos a SEGURANÇA como um pilar central na nossa identidade, por isso trabalhamos para nos sentirmos bem, valorizados e seguros todos os dias.

Em 2022, registramos a taxa de 0,6 horas de afastamento por 1 milhão de horas trabalhadas (LTIR), incluindo funcionários diretos e terceiros. Apesar de ser um índice positivo quando comparado aos pares da indústria, reconhecemos a piora nesse indicador, em decorrência do rápido aumento das nossas atividades e do nosso número de colaboradores, passando de 870 para 1.215 pessoas, um alerta para a importância de intensificar campanhas e ações de promoção de segurança. Nesse contexto, fizemos *Workshops* e treinamentos de Percepção de Riscos para todos os colaboradores operacionais, impactando 794 colaboradores em mais de 3.176 horas totais de capacitação. Promovemos o primeiro encontro do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, com 46 pessoas dos Ativos Bahia e Potiguar e mais de 386 horas de capacitação.

Com o intuito de fortalecer as boas práticas, os comportamentos seguros, a valorização das pessoas e promover o bem-estar no ambiente de trabalho, continuamos com as ações do Programa Líder seguro. Desenhado com o objetivo de auxiliar os nossos líderes na disseminação da cultura de Segurança junto à suas equipes, em 2022 realizamos um total de 21.000 horas de treinamento, com 150 líderes formados neste programa.



Também em 2022, com o intuito de promover o bem-estar físico e mental e melhoria da qualidade de vida e saúde para os colaboradores, lançamos o Programa Saúde Integral composto por cinco pilares: mente, alimentação, ergonomia, saúde complementar e corpo. O programa conta também com o aplicativo Petro Saúde, software que tem como objetivo levar conteúdos sobre saúde, além de facilitar a comunicação com a nossa área de SSMS em um atendimento customizado. Para complementar as ações voltadas para a área de saúde, promovemos o PetroFit, programa que visa incentivar a mudança do estilo de vida, através da prática de atividades físicas, impactando mais de 140 participantes engajados dos Ativos Bahia e Potiguar.

Ambiental

O ano de 2022 foi importante para aprimorarmos o monitoramento da Gestão ambiental na Companhia, com foco nas vertentes: águas e emissões atmosféricas. A Petroreconcavo firmou contrato com empresas capacitadas para desenvolver e executar planos de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, bem como monitoramento de emissões atmosféricas nos escopos 1 e 2, conforme *GHG Protocol*.

A área de meio ambiente promove constantemente reuniões com lideranças de áreas estratégicas da Companhia, visando o atendimento e apoio à implementação de novas ações que venham garantir o cumprimento dos padrões de qualidade ambiental na empresa. As ações são evidenciadas nas reuniões de Tratamento de Passivos Ambientais dos Ativos, reuniões mensais da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA e nas reuniões com a Rede de Pesquisadores (mestres e doutores) de Tecnologias Limpas – TECLIM/UFBA.

Para o controle de todas as nossas licenças ambientais e condicionantes, estruturamos o sistema SGA Orbitgeo, possibilitando o gerenciamento de forma digital dos prazos de renovação, atendimento de condicionantes e gestão documental das autorizações ambientais dos Ativos Bahia e Potiguar. No ano de 2022, foram emitidas e incluídas 401 licenças ambientais na plataforma para o nosso gerenciamento.

Neste ano, a Companhia produziu 14.062 toneladas de resíduos, sobretudo relacionadas às atividades de perfuração e *workover*, que foram destinados de acordo com as melhores práticas da indústria. O coprocessamento é a principal forma de destinação dos nossos resíduos, substituto parcial de matéria-prima e/ou combustão na fabricação de cimento, sendo aplicado em 87,46% dos resíduos do Ativo Potiguar e 30,73% do Ativo Bahia. Outras iniciativas para tratamento de resíduos ganharam destaque em nossas operações, como a reutilização de 71% do fluido de perfuração gerado no Ativo Potiguar, projeto piloto desenvolvido internamente pelo nosso time de Serviços que será incorporado às operações na Bahia quando a Campanha de perfuração for iniciada no Estado.

Durante o ano, também assumimos o compromisso de realizar o plantio de 18.572 mudas nativas em áreas degradadas para recuperação das Florestas Nacionais de Açú no Estado do Rio Grande do Norte, junto ao Instituto Chico Mendes – ICMBio. Este plantio será efetuado por empresa especializada, responsável pelo monitoramento da área no período de três anos e meio após o plantio. A companhia já protocolou 31 projetos de reposição florestal junto ao IDEMA e está no aguardo da anuência para a execução do projeto.



Em parceria com a prefeitura de Mata de São João, desenvolvemos o Programa Educa + Recicla que visa promover a sustentabilidade ambiental, estimulando a coleta seletiva e a reciclagem entre os alunos, comunidades, empresas, resorts e condomínios do município. A parceria entre a PetroReconcavo e o Projeto Tamar tem por objetivo contribuir para a formação pessoal, fortalecer a conscientização ambiental, resgate e valorização cultural de crianças e adolescentes das escolas públicas municipais de Mata de São João. A parceria visa proporcionar a visitação dos alunos à Fundação Projeto Tamar em Praia do Forte, abordando e integrando as ações de proteção das tartarugas marinhas em seu habitat, sustentabilidade dos recursos naturais e respeito e valorização da cultura local. Ao todo 4.883 alunos e 734 professores distribuídos em 143 grupos estudantis visitaram o Projeto ao longo do ano.

Social

Mantivemos a nossa parceria com a AVSI Brasil na manutenção do Projeto Ciranda Viva Recôncavo iniciado em 2014, desenvolvendo a valorização da cultura e da identidade das comunidades no entorno das nossas operações no Recôncavo Baiano. Dividido em três eixos, o Ciranda Educativa, Ciranda Esportiva e o Ciranda da Leitura, que promoveram atividades relacionadas ao meio ambiente, incentivo a educação e a prática de esportes, impactando 168 crianças e adolescentes de forma direta.

Por meio do Ciranda Agroflorestal, os pequenos produtores rurais foram capacitados com oficinas de marketing, vendas e gestão financeira, além de assessorias técnicas visando a melhoria da produção agrícola e o desenvolvimento das técnicas de comercialização. Para incrementar a renda e incentivar a aplicação das técnicas difundidas, foram realizadas Feiras da Agricultura Familiar em diferentes localidades, incluindo instalações da Companhia, como as Estações São Roque e Miranga e o Complexo Comercial onde se localiza a sede do escritório corporativo em Salvador. Nas 11 feiras realizadas em 2022, 1.335 clientes efetuaram a compra dos produtos, gerando um incremento médio de R\$ 246 reais mensais na renda das famílias participantes. Outrossim, para aumentar a biodiversidade, através de iniciativas do mesmo programa, houve a implementação de 8 bancos de sementes, 4 reservatórios de biofertilizantes e 4 sistemas agroflorestais. Com o objetivo de estruturar o modelo de gestão e garantir a eficiência nas comunidades assistidas até o fim de 2022, 8 associações foram formalizadas.

Ao fim de 2022, a Companhia iniciou a parceria para a Requalificação do Memorial Irmã Dulce, promovendo ações para a modernização do espaço, intensificando o turismo religioso na Bahia. A fim de promover, através de práticas musicais e do ensino coletivo o desenvolvimento e integração social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, a Companhia firmou parcerias com o ISDM – Instituto de Desenvolvimento Social pela Música, entidade responsável pela gestão do Programa Neojibá e o Conservatório de Música e Artes na Bahia, além dos projetos “A Voz do Olhar” e “Mestre Aprendiz” no Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, ampliamos o Programa Viva Sabiá que tem como foco principal a promoção da melhoria no acesso à água em comunidades que estão localizadas no entorno das nossas operações, no semiárido Potiguar. Durante as primeiras fases do projeto em 2022, 51 sistemas de purificação de água foram instalados, 10 cisternas construídas, beneficiando cerca de 236 pessoas. O Projeto também promove ações de educação ambiental com o foco em ensinar crianças e adolescentes a preservar a fauna e a flora da região em que vivem.

Devido aos bons resultados apresentados, em setembro de 2022, anunciamos parceria com a Fundação Banco do Brasil e o compromisso de um investimento total de R\$ 3 milhões para os próximos dois anos, com o intuito de ampliar o impacto que o Viva Sabiá já proporciona. Este investimento irá ampliar o escopo do projeto que, além de manter as ações já desenvolvidas, irá promover ações para ampliar o consumo e a produção alimentar de forma sustentável.

Com o objetivo de desenvolver mais oportunidades na Indústria de Óleo e Gás e promover a capacitação de profissionais das regiões onde atuamos, desenvolvemos em parceria com o SENAI-BA e SENAI-RN, o Curso Profissionais de Sonda. Com um investimento total de mais de R\$ 600 mil reais, o curso teve a duração de três meses e disponibilizou 180 vagas gratuitas, sendo 90 na BA e 90 no RN. Até o fim de 2022, já havíamos contratado deste grupo 42 pessoas, dentre eles 1 pessoa com deficiência visual.



Governança

A Companhia se dedica diariamente à evolução da sua atuação no âmbito da ética e da transparência, agindo com coerência e respeito às legislações, fatores que são fundamentais para a consolidação de um dos nossos principais valores, a Integridade. Para intensificar a consolidação desse pilar, lançamos em 2022 o Programa de Integridade e o novo Código de Ética e Conduta, reunindo um conjunto de ações, diretrizes, mecanismos de prevenção, detecção e resposta à corrupção, sendo pautado nas melhores práticas de governança corporativa.

Aderimos ao Instituto Ethos e obtivemos o selo Empresa Limpa, por ser signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Este compromisso foi assinado voluntariamente por empresas privadas e públicas, com o intuito de incentivar o mercado a reduzir as diferentes práticas de corrupção e ser mais íntegro e ético.

Em 2022, aprovamos a nossa Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que estabelece princípios e diretrizes para a promoção de um ambiente pautado no respeito, inclusão, equidade e valorização à diversidade humana e cultural no desenvolvimento de nossas atividades. Por conseguinte, com o apoio de uma consultoria especializada, realizamos uma pesquisa de Censo e Radar de Clima e Percepções de Diversidade, Equidade e Inclusão. Os resultados apurados servirão de base para que possamos implementar ações, com a finalidade de nos tornarmos uma Companhia cada vez mais diversa, plural e inclusiva. Para reforçar o nosso compromisso com a transparência das informações e processos cada vez mais eficazes e sustentáveis, a PetroReconcavo divulgou em 2022 seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, de acordo com a metodologia Global Reporting Initiative (GRI). No documento há informações sobre governança, desempenho financeiro, operações, pessoas, sustentabilidade, geração de valor e ações estratégicas para alcançar a nossa visão 2025 – ser a mais segura, eficiente e lucrativa operadora independente de óleo e gás e liderar a transformação da indústria *onshore* no Brasil. Além disso, no quarto trimestre de 2022, iniciamos o processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2023, seguindo a mesma metodologia GRI. Esta iniciativa reforça o empenho da Companhia em assegurar a divulgação anual deste documento, bem como divulgar os temas em que buscamos ser protagonistas e diferenciados.



06

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia (incluindo revisões trimestrais) e de suas controladas para os exercícios de 2021 e 2022. O valor referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) para o exercício de 2022 foi de R\$442 mil.

Durante o exercício de 2022, a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de serviços de *compliance* tributário referentes à orientação e assistência à equipe da Companhia no preenchimento dos requerimentos de enquadramento de incentivos fiscais, em conformidade com a legislação aplicável vigente, no montante total de R\$143 mil, representando 32% dos honorários referentes aos serviços de auditoria.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.



Anexo – Reconciliação do EBITDA

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de Reais - R\$)

IFRS/ BR GAAP	Período	
	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	1.153.391	176.899
(+) Imposto de Renda e Contribuição	171.209	56.718
(+) Depreciação, Amortização e	351.220	250.200
(+/-) Resultado Financeiro	(66.400)	50.989
EBITDA	1.609.420	534.806
Margem EBITDA	54,1%	51,4%
Receita Líquida	2.975.939	1.040.604
Evolução do EBITDA	201%	

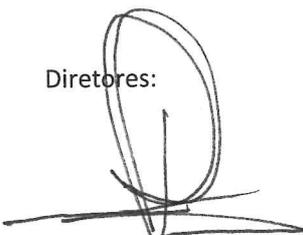
Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

(DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09)

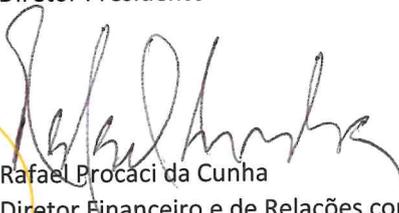
Declaramos, na qualidade de diretores da PetroRecôncavo S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na Cidade de Mata de São João, Estrada do Vinte Mil, Km 3,5, Estação São Roque CEP 48.280-000, Mata de São João - BA , inscrita no CNPJ sob o nº 03.342.704/0001-30, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto de informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP do exercício de 2022.

Mata de São João, 22 de março de 2023

Diretores:



Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente



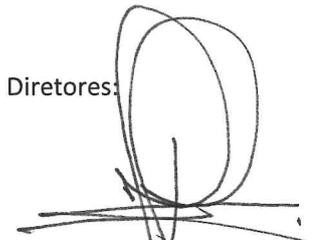
Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

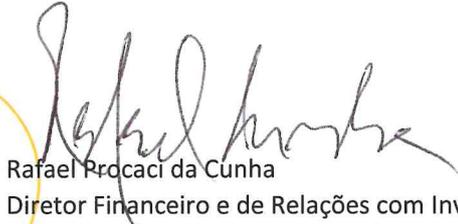
Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado em 22 de março de 2023, sobre a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DPP, referente ao exercício de 2022.

Mata de São João, 22 de março de 2023

Diretores:



Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente



Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório anual sobre o resumo das atividades do Comitê de Auditoria estatutário, para o exercício de 2022.

A Companhia tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que coincide com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário foram nomeados pelo Conselho de Administração e tem em sua composição 1 (um) conselheiro de administração independente, e 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente.

Os membros do Comitê de Auditoria são:

Carlos Marcio Ferreira – Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração desde 23/02/2021

Leonardo Guimarães Pinto – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021

Victor Low – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021

Nenhum dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário é controlador da Companhia, nem diretor da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas. O Comitê de Auditoria tem autonomia operacional e orçamento próprio anual aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento e para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou de outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.

As principais informações e atribuições do Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, estão indicadas abaixo.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de fevereiro de 2021 e alterados em reunião de 1º de abril de 2021. O regimento citado acima poderá ser consultado no site da Companhia: ri.petroreconcavo.com.br.

O Comitê de Auditoria se reunirá, no mínimo, trimestralmente, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Comitê de Auditoria ou por solicitação escrita de quaisquer 2 (dois) membros do Comitê de

Auditoria; e deverá realizar, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano, a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

O comitê terá como obrigações de sua competência:

(i) Orientar a Diretoria quanto a avaliação e indicadores associados ao modelo de gestão de riscos da Companhia, assim como monitorar periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, e a adequação à tolerância máxima a riscos determinada pelo Conselho de Administração;

(ii) Monitorar questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;

(iii) Acompanhar e supervisionar a razoabilidade no que tange a qualidade e integridade das informações demonstrações financeiras, e, sempre que necessário, recomendando previamente sobre a submissão ao Conselho;

(iv) Monitorar o resultado das revisões trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos, conhecimento de atos ilegais, e reflexos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;

(v) Direcionar os principais assuntos relacionados aos registros por meio do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta, e quando necessário, reportar ao Conselho sobre fraudes e/ou crimes, assim como as respectivas providências;

(vi) Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento do cumprimento das leis, normas, regulamentos e políticas internas aplicáveis à Companhia, bem como revisar periodicamente as políticas e procedimentos no que tange a área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, incluindo a observação quanto ao Programa de Integridade, bem como a estruturação, funcionamento e plano de trabalho da área de Compliance.

Resumo das atividades no Exercício 2022

No dia 5 de maio de 2021, a Petroreconcavo se tornou uma empresa pública listada na B3, a Bolsa do Brasil. Essa data, que simboliza uma enorme conquista, marca também a renovação de nosso compromisso com acionistas, colaboradores e a sociedade. E, no intuito de honrar com excelência tal compromisso (ou o compromisso firmado), estar em conformidade com a legislação e com as boas

práticas de governança, a Companhia, por meio da AGO realizada em 23 de fevereiro de 2021, instituiu o Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria realizou ao longo de 2022, 15 (quinze) reuniões envolvendo áreas como o Conselho de Administração, Diretores e Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes.

Principais Temas discutidos em 2022:

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Recebimento, encaminhamento e monitoramento do canal de denúncias através do relatório emitido pela área de *Compliance* que apresenta os números e as atividades da área demonstrando as apurações e recomendações do comitê de conduta.

- Monitoramento das atividades da área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos Corporativos, avaliando periodicamente a qualidade dos mecanismos dos controles internos, considerando especialmente os aspectos financeiros, contábeis, e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, transparência, forma, conteúdo e disponibilidade.

- Monitoramento em relação aos controles e riscos relacionados a *Cybersecurity*.

- Aprovou o planejamento anual do mapeamento dos processos e auditorias a serem realizadas em 2022, envolvendo as seguintes áreas, Tecnologia da Informação Contratos e Compras, Qualidade e Regulação, SSMS, Logísticas e Materiais, Operações e Manutenções e Sondas e Serviços. As auditorias foram realizadas, pontos de melhorias foram identificados gerando novos planos de ação que estão implementados ou em andamento.

- Monitoramento da revisão e aprovação da reimplantação na Companhia do Código de Ética e Conduta através dos eventos corporativos conduzidos pela área de *Compliance*.

- Tomou conhecimento e atualizou o Conselho de Administração sobre as principais atividades realizadas pela área de *Compliance* e também sobre o canal de denúncias e as investigações realizadas sobre os temas mais relevantes.

- Acompanhamento e recomendação a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras anuais e trimestrais (ITRs) da Companhia.

- Discussão sobre as informações contidas na carta de controles internos 2021 emitida pelo auditor externo e recomendações de melhoria, bem como as respectivas respostas da Administração para a correção ou melhoria dos pontos;

- Monitoramento mensal do status dos Planos de Ação para mitigar riscos identificados nos mapeamentos de riscos e auditorias internas;
- O Comitê foi consultado sobre temas contábeis ao longo de 2022 e forneceu as suas recomendações.

O Comitê de Auditoria não tem conhecimento de outros eventos relevantes ou reclamações de não conformidade com as normas, falta de controle, ações ou omissões do Conselho de Administração, manipulação, divulgação fraudulenta, inadimplência ou erro que possa afetar a continuidade e imagem da Companhia ou a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício fiscal do ano 2022, encerrando em 31 de dezembro do mesmo ano

Em cumprimento às disposições estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da PETRORECÔNCAVO S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA (“auditores independentes”), emitido sem ressalvas, e na opinião dos auditores independentes e bem como nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da companhia no decorrer do exercício, avaliam, por unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Mata de São João, 17 de março de 2023



Carlos Ferreira

6157

Carlos Marcio Ferreira

Victor Low

10413

Victor Low



LEONARDO GUIMARÃES PINTO

6876

Leonardo Guimarães Pinto

Relatório anual_CAUDIT 2022 rev 17.03.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 6B07B-57D58-E54BC



Solicitação de assinatura iniciada por: Isabele O. V. em 21/03/2023

Assinaturas



Carlos Ferreira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de março de 2023, 14:26:25 | E-mail: cfe*****@gm***** | Endereço de IP: 177.139.56.250 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 110.0.0.0, Mac 10.15.7 | Celular: *****7197



Victor Low
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de março de 2023, 14:26:41 | E-mail: vlo*@pe***** | Endereço de IP: 216.201.188.194 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Firefox 111.0, Windows 10 | Celular: *****8281



LEONARDO GUIMARÃES PINTO
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 22 de março de 2023, 09:52:13 | E-mail: lpi***@op***** | Endereço de IP: 8.242.34.194 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 110.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****0704

PetroRecôncavo S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e à Diretoria da
PetroRecôncavo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PetroRecôncavo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Reconhecimento de receita na venda de petróleo e de gás natural

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas deriva principalmente da venda de petróleo e de gás natural, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto vendido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas reconheceram receita líquida consolidada de R\$2.976 milhões.

A contabilização da receita de venda de petróleo e de gás natural envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita de venda de produtos sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos nos respectivos contratos de venda. Devido a esses aspectos, a consideração como um risco significativo de auditoria e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de petróleo e de gás natural como um principal assunto de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento de receita na venda de petróleo e de gás natural; (iii) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (iv) procedimentos analíticos substantivos por meio de análises de correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de petróleo e de gás natural e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Concentração da receita de venda de petróleo em um único cliente

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de petróleo da Companhia e de suas controladas é concentrada em um único cliente, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem levar em consideração essas circunstâncias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 22 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	83.601	172.288	361.028	217.159	Fornecedores	8	106.430	58.200	352.152	98.708
Aplicações financeiras	4	1.233.639	531.863	1.250.163	585.655	Salários e encargos sociais		37.850	22.526	60.848	30.563
Contas a receber de clientes	5	55.219	34.398	384.180	169.847	Tributos a recolher		7.397	5.671	124.275	66.995
Estoques		9.340	5.709	11.451	6.552	Empréstimos e financiamentos	9	14.011	1.211	14.011	281.762
Dividendos a receber	16	179.502	4.015	-	-	Valores a pagar de arrendamentos		5.596	7.063	20.382	10.486
Impostos a recuperar		30.746	20.221	99.243	41.825	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	285.183	231.125
Outros ativos		112.228	12.906	26.539	11.769	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	106.416	40.566	106.416	40.566
Total dos ativos circulantes		1.704.275	781.400	2.132.604	1.032.807	Valores a pagar por aquisições	11	-	27.903	405.886	453.318
						Provisão para abandono de poços	13	-	-	9.724	419
NÃO CIRCULANTE						Outras contas a pagar		7.847	2.220	12.490	30.588
Aplicações financeiras	4	-	-	-	69.989	Total dos passivos circulantes		285.547	165.360	1.391.367	1.244.530
Contas a receber de clientes	5	947	-	55.917	-	NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar		479	479	68.094	13.374	Empréstimos e financiamentos	9	641.570	300	641.570	459.529
Depósitos judiciais		2.608	2.445	2.608	2.445	Valores a pagar de arrendamentos		3.613	1.929	7.112	2.421
Outros ativos		300	394	836	483	Tributos a recolher		6.112	-	6.112	-
Tributos diferidos	10	28.110	20.692	167.840	222.941	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	102.409	233.559
Investimentos	6	2.293.185	740.117	-	-	Tributos diferidos	10	-	-	6.023	5.672
Imobilizado e intangível	7	743.197	523.790	4.129.365	3.360.865	Valores a pagar por aquisições	11	-	-	512.386	809.731
Direito de uso em arrendamento		10.117	9.448	27.830	12.489	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	3.391	3.443	3.726	3.443
Total dos ativos não circulantes		3.078.943	1.297.365	4.452.490	3.682.586	Provisão para abandono de poços	13	32.483	35.920	103.887	84.695
						Total dos passivos não circulantes		687.169	41.592	1.383.225	1.599.050
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15	2.828.170	1.813.936	2.828.170	1.813.936
						Ações em tesouraria		(6.793)	(2.292)	(6.793)	(2.292)
						Reserva de capital		43.171	35.176	43.171	35.176
						Reservas de lucros		1.167.284	297.202	1.167.284	297.202
						Ajustes de avaliação patrimonial		(255.811)	(306.690)	(255.811)	(306.690)
						Transação de capital		34.481	34.481	34.481	34.481
						Total do patrimônio líquido		3.810.502	1.871.813	3.810.502	1.871.813
TOTAL DO ATIVO		4.783.218	2.078.765	6.585.094	4.715.393	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.783.218	2.078.765	6.585.094	4.715.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	18	594.381	327.415	2.975.939	1.040.604
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(409.333)	(241.040)	(1.534.412)	(667.850)
RESULTADO BRUTO		185.048	86.375	1.441.527	372.754
RECEITAS (DESPESAS)					
Gerais e administrativas	19	(27.137)	(50.136)	(110.377)	(62.844)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	37.646	(8.859)	(2.239)	(25.304)
Perdas de crédito esperadas	5	(5.755)	-	(70.711)	-
Resultado de participações societárias	6	957.065	111.758	-	-
Total		961.819	52.763	(183.327)	(88.148)
RESULTADO OPERACIONAL		1.146.867	139.138	1.258.200	284.606
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	37.432	76.304	180.694	107.511
Despesas financeiras	20	(25.606)	(8.373)	(114.294)	(158.500)
Total		11.826	67.931	66.400	(50.989)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.158.693	207.069	1.324.600	233.617
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente		(129)	(28.429)	(329.141)	(74.173)
Diferido		(5.302)	(7.538)	(41.963)	(10.065)
Redução - incentivo fiscal		129	5.797	199.895	27.520
Total	10	(5.302)	(30.170)	(171.209)	(56.718)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.153.391	176.899	1.153.391	176.899
Resultado por ação - R\$	15	4,231	0,803		
Resultado diluído por ação - R\$	15	4,218	0,799		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.153.391	176.899	1.153.391	176.899
Instrumentos financeiros de proteção	-	-	77.089	(583.880)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros	-	-	(26.210)	198.519
Parcelas de outros resultados abrangentes de controladas	50.879	(385.361)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.204.270</u>	<u>(208.462)</u>	<u>1.204.270</u>	<u>(208.462)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de capital		Reserva legal	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
				Incentivo fiscal de redução de imposto de renda	Ações e opções de compra de ações outorgadas		Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	"Hedge accounting" de fluxo de caixa	Transação de capital		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		674.941	-	18.501	12.657	23.187	36.423	101.335	-	78.671	34.481	-	980.196
Aumento de capital social	15	1.187.375	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.187.375
Exercício de opção de compra de ações		1.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600
Custo para emissão de ações	15	(49.980)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.980)
Recompra de ações		-	(5.527)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.527)
Venda de ações em tesouraria		-	3.235	-	-	-	-	-	-	-	-	(78)	3.157
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	4.018	-	-	-	-	-	-	-	4.018
Outros resultados abrangentes de controlada	6	-	-	-	-	-	-	-	-	(385.361)	-	-	(385.361)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.899	176.899
Constituição de reserva legal	15	-	-	-	-	8.845	-	-	-	-	-	(8.845)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	15	-	-	-	-	-	5.797	-	-	-	-	(5.797)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.564)	(40.564)
Constituição de reserva de investimento e expansão	15	-	-	-	-	-	-	121.615	-	-	-	(121.615)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.813.936</u>	<u>(2.292)</u>	<u>18.501</u>	<u>16.675</u>	<u>32.032</u>	<u>42.220</u>	<u>222.950</u>	<u>-</u>	<u>(306.690)</u>	<u>34.481</u>	<u>-</u>	<u>1.871.813</u>
Aumento de capital social	15	1.034.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.034.000
Exercício de opção de compra de ações		5.186	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.186
Opções exercidas a integralizar	15	(259)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(259)
Custo para emissão de ações		(24.693)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.693)
Recompra de ações		-	(8.403)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.403)
Entrega de ações em tesouraria		-	3.863	-	-	-	-	-	-	-	-	317	4.180
Venda de ações em tesouraria		-	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Pagamento baseado em ações		-	-	-	7.995	-	-	-	-	-	-	-	7.995
Outros resultados abrangentes de controlada	6	-	-	-	-	-	-	-	-	50.879	-	-	50.879
Constituição de reserva de incentivo fiscal complementar		-	-	-	-	-	3.714	-	-	-	-	(3.714)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.153.391	1.153.391
Constituição de reserva legal	15	-	-	-	-	57.670	-	-	-	-	-	(57.670)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	15	-	-	-	-	-	11.084	-	-	-	-	(11.084)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.626)	(103.626)
Dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	-	-	-	-	26.374	-	-	(26.374)	-
Juros sobre capital próprio	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Constituição de reserva de investimento e expansão	15	-	-	-	-	-	-	771.240	-	-	-	(771.240)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.828.170</u>	<u>(6.793)</u>	<u>18.501</u>	<u>24.670</u>	<u>89.702</u>	<u>57.018</u>	<u>994.190</u>	<u>26.374</u>	<u>(255.811)</u>	<u>34.481</u>	<u>-</u>	<u>3.810.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES					
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		1.158.693	207.069	1.324.600	233.617
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos impostos do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros e variações cambiais líquidas		(5.105)	(52.950)	(96.212)	80.031
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	596
Juros e variações cambiais sobre arrendamento mercantil		654	1.752	1.428	3.161
Depreciação e depleção do imobilizado e amortização do intangível	7	68.845	69.768	335.027	231.930
Depreciação de direito de uso		5.694	7.441	16.193	18.270
Amortização do custo de aquisição de empréstimo	9	65	97	21.874	12.991
Pagamento baseado em ações		12.171	15.781	12.171	20.171
Equivalência patrimonial	6	(957.065)	(111.758)	-	-
Perdas de crédito esperadas	5	5.755	-	70.711	-
Valor justo do "hedge" no resultado	14	-	-	441.631	126.780
Provisões e reversões líquidas para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12	(17)	-	318	-
Atualização da provisão para abandono de poços	13	4.573	1.340	10.797	6.562
Baixas do imobilizado e de arrendamentos		71.608	54.112	141.359	155.246
Variações nos ativos:					
Contas a receber de clientes		(27.523)	8.233	(340.961)	(71.061)
Estoques		(3.631)	(5.582)	(4.899)	(5.341)
Impostos a recuperar		(10.525)	(7.229)	(112.138)	(19.013)
Depósitos judiciais		(163)	(208)	(163)	(134)
Outros ativos		(99.228)	(1.544)	(15.123)	1.049
Variações nos passivos:					
Fornecedores		48.230	9.178	253.444	18.619
Salários e encargos sociais		15.324	462	30.285	46
Impostos a recolher		5.589	(27.672)	143.996	20.407
Outras contas a pagar		5.627	1.052	(18.098)	16.227
Pagamento de contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12	(35)	(1.522)	(35)	(1.522)
Pagamento de contratos de hedge	14	-	-	(441.631)	(126.780)
Juros pagos		(1.455)	(1.194)	(44.683)	(58.405)
Juros de arrendamento mercantil pago		(654)	(776)	(1.428)	(1.721)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.215)	(3.372)	(222.313)	(22.827)
Variação do caixa resultante das atividades operacionais		<u>287.212</u>	<u>162.478</u>	<u>1.506.150</u>	<u>638.899</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas		-	(8.810)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital e aumento de capital em controladas	6	(720.611)	(428.278)	-	-
Resgates de aplicações financeiras		(685.102)	(470.374)	(571.477)	(485.872)
Adições ao imobilizado e intangível	7	(368.414)	(195.455)	(1.227.617)	(832.281)
Variação do caixa resultante das atividades de investimento		<u>(1.774.127)</u>	<u>(1.102.917)</u>	<u>(1.799.094)</u>	<u>(1.318.153)</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamento	9	658.438	60.479	658.438	60.479
Pagamentos de financiamentos	9	(1.317)	(59.152)	(704.675)	(283.203)
Custo de captação de financiamentos		(14.918)	-	(14.918)	-
Pagamentos valores a pagar por aquisições	11	(26.214)	-	(273.954)	-
Exercício de opção de ações	15	4.927	1.600	4.927	1.600
Aumento de capital social	15	1.034.000	1.187.375	1.034.000	1.187.375
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(205.309)	-	(205.309)	-
Custo para emissão de ações		(37.413)	(75.727)	(37.413)	(75.727)
Recompra de ações		(8.403)	(5.527)	(8.403)	(5.527)
Amortização de arrendamento mercantil - principal		(5.602)	(9.440)	(16.516)	(20.901)
Venda de ações em tesouraria		39	1.456	39	1.456
Variação do caixa resultante das atividades de financiamento		<u>1.398.228</u>	<u>1.101.064</u>	<u>436.216</u>	<u>865.552</u>
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	597	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(88.687)</u>	<u>160.625</u>	<u>143.869</u>	<u>186.298</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	172.288	11.663	217.159	30.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	83.601	172.288	361.028	217.159
VARIAÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(88.687)</u>	<u>160.625</u>	<u>143.869</u>	<u>186.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas:					
Serviços	18	-	355.435	-	353.937
Produtos	18	665.347	215	3.765.407	982.994
Outras		90.102	288	32.976	5.373
Perdas de crédito esperadas	5	(5.755)	-	(70.711)	-
Total das receitas		<u>749.694</u>	<u>355.938</u>	<u>3.727.672</u>	<u>1.342.304</u>
INSUMOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(21.136)	(27.500)	(51.291)	(54.150)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(146.820)</u>	<u>(82.232)</u>	<u>(824.449)</u>	<u>(181.502)</u>
Total de insumos adquiridos de terceiros		<u>(167.956)</u>	<u>(109.732)</u>	<u>(875.740)</u>	<u>(235.652)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>581.738</u>	<u>246.206</u>	<u>2.851.932</u>	<u>1.106.652</u>
Depreciação, amortização e depleção	19	(74.539)	(77.209)	(351.220)	(250.200)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		<u>507.199</u>	<u>168.997</u>	<u>2.500.712</u>	<u>856.452</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras		37.432	76.304	180.692	107.511
Resultado Equivalência patrimonial	6	<u>957.065</u>	<u>111.759</u>	-	-
Total do valor adicionado recebido em transferência		<u>994.497</u>	<u>188.063</u>	<u>180.692</u>	<u>107.511</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.501.696</u>	<u>357.060</u>	<u>2.681.404</u>	<u>963.963</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		114.921	69.792	157.598	97.263
Benefícios		29.048	16.025	56.957	28.791
FGTS		5.107	2.616	9.519	4.636
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		81.666	56.157	458.917	187.242
Estaduais		9.730	209	424.540	168.268
Municipais		2.247	13.293	2.247	13.293
Remuneração do capital de terceiros:					
Aluguéis	19	32.197	12.289	63.066	25.091
Royalties	19	47.783	1.407	240.876	103.980
Juros		25.606	8.373	114.293	158.500
Remuneração do capital próprio:					
Dividendos e juros sobre capital próprio		310.000	40.564	310.000	40.564
Lucros retidos no exercício		<u>843.391</u>	<u>136.335</u>	<u>843.391</u>	<u>136.335</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>1.501.696</u>	<u>357.060</u>	<u>2.681.404</u>	<u>963.963</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”, “PetroRecôncavo” ou “Controladora”) atua na operação e produção de campos maduros de petróleo e gás natural no Brasil. Em operação desde fevereiro de 2000, a Companhia operou até o dia 22 de dezembro de 2021 através de um “contrato de produção com cláusula de risco”, com o objetivo de realizar a reabilitação, reativação e rejuvenescimento de 12 campos de petróleo e gás maduros na Bacia do Recôncavo no Brasil.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco”, reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso, e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmária, na Bacia do Recôncavo, estado da Bahia. Com o fechamento da transação, o “contrato de produção com cláusula de risco” foi encerrado.

As controladas da Companhia são a Recôncavo E&P S.A. (“Recôncavo”), a Reconcavo America LLC (“Reconcavo America”), a Potiguar E&P S.A. (“Potiguar”) e a SPE Miranga S.A. (“SPE Miranga”) (em conjunto com a PetroRecôncavo denominada “Grupo”), cujos descritivos das operações está apresentado a seguir:

1.1. Recôncavo

A Recôncavo E&P S.A. foi constituída em 22 de março de 2004 e é concessionária para exploração e produção dos campos Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Norte, Lagoa do Paulo Sul, Acajá-Burizinho e Juriti, que foram adquiridos nas 4ª e 6ª rodadas de licitações da ANP.

1.2. Reconcavo America

A Reconcavo America, constituída em 15 de maio de 2006, baseada no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, com o objetivo de adquirir equipamentos utilizados em campos de petróleo, especialmente sondas de produção e perfuração terrestres, e alugá-los no Brasil, pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, denominado REPETRO. Em dezembro de 2020, a Reconcavo America vendeu seus ativos para a controladora Petrorecôncavo S.A. No exercício de 2022, a controlada manteve apenas saldo em caixa e não registrou nenhuma transação além de variação cambial dos saldos de caixa e equivalentes.

1.3. Potiguar

A Potiguar E&P S.A., com sede no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte foi constituída em 15 de junho de 2018 e é concessionária de um conjunto composto por 34 concessões, todas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, das quais 30 são 100% de propriedade da Potiguar E&P e por ela operadas, duas em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda, que passaram a ser operadas pela Potiguar E&P a partir de junho de 2021, e duas com a Mandacaru Energia Ltda e operadas pela parceira.

A Potiguar realizou, no dia 28 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, a assinatura do contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, relativo ao bloco exploratório POT-T-702, arrematado no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O contrato de concessão compreende uma área de 17,178 km², e um Programa Exploratório Mínimo (“PEM”) composto de 1,000 Unidades de Trabalho, correspondente a um valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), que possui um prazo de cinco anos para sua execução e constará de um período único. O valor do PEM foi garantido na forma do Edital por meio de Seguro Garantia emitido em favor da ANP com vigência durante o período exploratório e que será devolvida tão logo o compromisso exploratório seja cumprido. A área adquirida é adjacente a blocos já operados pela Potiguar E&P, e seu programa exploratório consistirá da perfuração de ao menos um poço com objetivo de avaliar a existência de acumulações em reservatórios similares aos existentes nas concessões vizinhas do Bloco.

1.4.SPE Miranga

A SPE Miranga S.A., foi constituída em 12 de janeiro de 2021. Em 24 de fevereiro do mesmo ano, a SPE Miranga firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres Apraiús, Biriba, Fazenda Onça, Jacuípe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia. A aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

1.5.Reestruturação societária

Em 2 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de reorganização societária envolvendo a incorporação, pela Companhia, de suas subsidiárias SPE Miranga S.A., Recôncavo E&P S.A. e Potiguar E&P S.A. , bem como a liquidação (por meio de dissolução) da Reconcavo America LLC ("Reorganização"), com o objetivo de simplificar sua estrutura societária através da unificação das operações da Companhia e de suas subsidiárias, buscando a redução nos custos operacionais e o incremento dos níveis de eficiência na gestão de despesas gerais e administrativas.

A Diretoria já iniciou os procedimentos relacionados à reestruturação societária. Uma vez obtidas as autorizações prévias necessárias, o Conselho de Administração voltará a se reunir para deliberar sobre os termos da proposta da Reorganização e convocará oportunamente a Assembleia Geral Extraordinária para votação final sobre o tema.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão, conforme orientações do OCPC 07.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 20 de março de 2023.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, tem poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras da controladora para apresentar os mesmos saldos de patrimônio líquido e resultado do exercício das demonstrações consolidadas.

2.4 Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional”, para a Companhia e também para cada uma de suas controladas, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida assim como cada uma das controladas. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 14)

2.7 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

2.8 Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício

O Grupo não adota antecipadamente normas contábeis. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. As seguintes normas foram revisadas ou propostas pelo IASB:

Norma	Alterações
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	O Grupo adotou as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) Combinação de Negócios pela primeira vez no exercício corrente. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido	O Grupo adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado pela primeira vez no exercício corrente. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	Caso não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. O Grupo adotou as alterações à IAS 37/CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A Administração não identificou impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo decorrente da adoção das normas listadas acima.

2.9 Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Alterações
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

3. USO DE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção; de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração da provisão para abandono de poços; vida útil dos bens do imobilizado; perda por “*impairment*”; imposto de renda e contribuição social diferidos; valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseado em ações; valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.2 Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o volume das reservas totais de petróleo e gás natural. As estimativas de reservas são certificadas pelo perito independente *Netherland Sewell & Associates Inc.* (“NSAI”).

Em 2021 o Grupo revisou suas reservas provadas, que passaram a considerar os volumes previstos de serem produzidos além do prazo contratual de concessão. O Grupo obteve em 2022 a extensão de 10 concessões e está atualmente no processo de renovação de diversas outras concessões de exploração de petróleo e gás natural junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). As reservas do Grupo consideram o período de extensão de até 27 anos, ou limite econômico de produção dos campos; dos dois, o menor.

A existência dos fatores a seguir indica que o Grupo está apto a renovar os direitos contratuais as concessões: (a) o histórico de renovação de concessões pela ANP é favorável; (b) espera-se que todas as condições necessárias para obter a renovação serão cumpridas; e (c) não há custo significativo de renovação, se comparado aos benefícios econômicos futuros que se espera que fluam para a Companhia a partir dessa renovação.

A depleção é calculada pelo método de unidades produzidas que consiste, de forma simplificada, a aplicação da taxa correspondente à relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas ao custo residual de cada grupo de campos produtores de petróleo e gás natural. Essa metodologia é aplicada para as rubricas de “Direito de produção de óleo e gás” e “Investimento para incremento da produção e perfuração de poços” (ver nota explicativa nº 7), que são depletadas com base na reserva provada e, provada desenvolvida em produção, respectivamente.

3.3 Provisão para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas.

As principais premissas para constituição / atualização da provisão para abandono de poço são as seguintes:

Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos.

As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, que são em sua maioria realizadas em reais, descontadas a uma taxa de desconto livre de risco. Foi utilizada uma taxa de desconto de 12,81% a.a. e uma inflação de 3,43% a.a., para o exercício de 2022. (2021, 12,73% a.a. e 3,55% a.a., respectivamente).

As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. As revisões anuais da vida útil dos poços são feitas com base no relatório de reservas emitido anualmente pelos certificadores independentes de reservas da Companhia. A revisão de estimativas ocorrida no exercício decorre da revisão da vida útil e da taxa de desconto.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

3.4 “Impairment”

Anualmente, a Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações

da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás natural), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre

- (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e;
- (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. As informações relacionadas ao tema estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

3.6 Valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseados em ações

O valor justo dos pagamentos baseados em ações na data da outorga é mensurado com base nos preços de mercado se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados. Outras informações sobre as premissas adotadas e o modelo de precificação utilizado, quando aplicável, estão detalhados na nota explicativa nº 15.7.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Prática contábil

São representados por depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	19.548	2.372	42.480	14.176
Aplicações financeiras e CDB	64.053	169.916	318.548	202.983
Total	83.601	172.288	361.028	217.159

As aplicações referem-se a operações de renda fixa (Compromissadas de Terceiros e CDB - Certificado de Depósito Bancário), indexados de 70,00% a 102,50% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (70% a 102,50% do CDI em 2021) mantidas com bancos de 1ª linha, conforme nota explicativa nº 21.3, que possuem “rating” entre brAA e brAAA, (ou similares) baseados em, pelo menos, uma das três agências de rating mais renomadas do mundo (S&P, Fitch ou Moody’s). A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

4.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	1.233.639	531.863	1.250.163	655.644
Total	1.233.639	531.863	1.250.163	655.644
Circulante	1.233.639	531.863	1.250.163	585.655
Não circulante	-	-	-	69.989

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a investimentos em Fundos Cambiais atrelados à cotação do dólar norte-americano. A Administração optou por investir parte dos recursos captados na sua Oferta Pública Inicial de Ações (“IPO”) e na sua Oferta Pública Primária de Ações (“Follow on”) neste tipo de investimento como forma de se proteger da variação cambial, tendo em vista que os pagamentos remanescentes à Petrobras referentes às aquisições de ativos são denominados em dólar norte-americano.

Esses recursos estão divididos entre três instituições financeiras de primeira linha: Itaú, Santander e XP. Em 2022, os Fundos Cambiais variaram, em média, -3,1%, enquanto a Ptax apresentou a variação de -6,5%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Petrobras S.A.	46.502	34.398	378.830	169.847
Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás	5.066	-	76.848	-
PBGÁS – Companhia Paraibana de Gás	-	-	5.272	-
Potigás – Companhia Potiguar de Gás	-	-	12.369	-
Companhia Nacional Gás	-	-	7.596	-
Companhia de Gás do Ceará - Cegas	-	-	4.486	-
3R Petroleum Oleo e Gas S.A.	10.123	-	10.123	-
Proquigel S.A.	230	-	3.196	-
Transportadora de Gás S.A.	-	-	5.669	-
Companhia Ultragas S.A.	-	-	6.419	-
Contas a receber bruta	<u>61.921</u>	<u>34.398</u>	<u>510.808</u>	<u>169.847</u>
(-) Perdas de crédito esperadas	(5.755)	-	(70.711)	-
Total contas a receber	<u>56.166</u>	<u>34.398</u>	<u>440.097</u>	<u>169.847</u>
Circulante	55.219	34.398	384.180	169.847
Não circulante	947	-	55.917	-

Atualmente, a Companhia encontra-se em discussão com a Petrobras acerca de possíveis discrepâncias nos valores dos créditos obtidos dos líquidos de gás natural (LGN) oriundos do processamento do gás na UTG Catu, suportados pelos Contratos de “Swap” entre a Petrobras e a Companhia e sua Controlada Miranga. Como consequência, o Grupo deixou de reconhecer, a título de receita, parte dos créditos aos quais faz jus contratualmente e reconheceu uma provisão para perdas no contas a receber de parte da receita do contrato, até que um acordo com a Petrobras seja alcançado. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo registrou o montante de R\$70.711 a título de Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”).

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes foram estimadas com base, em uma análise individualizada por contrato, na experiência de inadimplência passada do devedor, na posição financeira atual do devedor (ajustada com base em fatores específicos), nas condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e em uma avaliação do curso atual e projetado das negociações na data de relatório.

As contas a receber são classificadas como ativos financeiros avaliadas ao custo amortizado. As faturas são emitidas contra os clientes com um prazo médio de vencimento de 30 a 50 dias. Além dos recebíveis oriundos do contrato de “Swap” descrito acima, a Companhia e suas controladas não possuem títulos vencidos no contas a receber de clientes.

6. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas	Data-base	Participação no capital integralizado %	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro Líquido (Prejuízo)
Recôncavo E&P S.A.	31/12/2022	100	6.561	26.841	5.671	21.171	15.844	6.052
Recôncavo America LLC	31/12/2022	100	9.241	26.324	-	26.324	-	(609)
Potiguar E&P S.A.	31/12/2022	100	1.216.009	2.407.690	974.505	1.433.185	1.943.724	553.466
SPE Miranga S.A.	31/12/2022	100	381.536	1.953.216	1.134.459	818.756	1.185.362	396.069
Recôncavo E&P S.A.	31/12/2021	100	6.561	20.418	4.142	16.276	14.286	5.311
Recôncavo America LLC	31/12/2021	100	9.242	26.931	-	26.931	-	29
Potiguar E&P S.A.	31/12/2021	100	622.009	2.049.900	1.700.933	348.967	951.753	102.065
SPE Miranga S.A.	31/12/2021	100	344.101	1.327.310	971.031	356.279	15.242	12.692

Movimentação	Recôncavo	Reconcavo America (iii)	Potiguar	SPE Miranga	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.662	26.904	521.437	-	560.003
Equivalência patrimonial	5.311	(8.309)	102.064	12.692	111.758
Cancelamento de dividendos (i)	304	-	-	-	304
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.001)	-	-	(3.014)	(4.015)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(385.361)	-	(385.361)
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	14.000	2.500	16.500
Aumento de Capital Social (ii)	-	-	96.827	344.101	440.928
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.276	18.595	348.967	356.279	740.117
Equivalência patrimonial	6.052	1.478	553.466	396.069	957.065
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	50.879	-	50.879
Aumento de Capital Social (ii)	-	-	594.000	37.435	631.435
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	(14.000)	103.176	89.176
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(1.157)	-	(100.127)	(74.203)	(175.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.171	20.073	1.433.185	818.756	2.293.185

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, restringia o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020. Considerando essas restrições, a Administração da Companhia recomendou aos acionistas a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima. Em 31 de dezembro de 2020 a controlada Recôncavo possuía dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$304. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias em 2021.

(ii) Potiguar

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidas 96.826.947 (noventa e seis milhões, oitocentas e vinte e seis mil, novecentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Na assembleia geral extraordinária ocorrida em 30 de setembro de 2022, foram emitidas 594.000.000 (quinhentos e noventa e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Esse valor subscrito e integralizado foi oriundo de uma conversão de adiantamento para futuro aumento de capital. O montante de R\$580.000 foi oriundo de AFACs feitos em 2022, enquanto R\$14.000 refere-se ao saldo residual de AFAC de 2021.

Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia em moeda corrente.

Miranga

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidas 344.101.587 (trezentos e quarenta e quatro milhões, cem mil e quinhentos e oitenta e sete) ações ordinárias da investida SPE Miranga a um preço de subscrição de R\$1,00 (um real).

Na assembleia geral extraordinária ocorrida em 30 de setembro de 2022, foram emitidas 37.435.013 (trinta e sete milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil e treze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Esse valor subscrito e integralizado foi oriundo de uma conversão de adiantamento para futuro aumento de capital. O montante de R\$34.935 foi oriundo de AFACs feitos em 2022, enquanto R\$2.500 refere-se ao saldo residual de AFAC de 2021.

(iii) As equivalências patrimoniais da controlada Reconcavo America para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem a eliminação de saldo referente a lucro não realizado entre partes relacionadas.

(iv) Referem-se a aumentos para futuro aumento de capital na controlada Potiguar e SPE Miranga.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática contábil

a) Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios, equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, quando aplicável, são capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos estão demonstrados ao valor de custo e não sofrem depreciação.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos e incluem as estimativas dos custos com abandono que são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações de pagamentos futuros, (ver nota explicativa nº 13). Esse método determina que custos para incremento de produção e os custos de perfuração de poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos com geologia e geofísica, incorridos antes da determinação da viabilidade econômica das reservas, devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos; e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

As rubricas de “Direito de produção de óleo e gás” e “Investimento para incremento da produção e perfuração de poços” são depletadas com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3. A depreciação e amortização dos demais bens é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos, construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado na data de sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

b) Intangível

Ativos intangíveis (softwares) com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

c) Perdas pela não recuperabilidade (impairment)

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (impairment) na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços, de acordo com a metodologia e premissas descritas na nota explicativa nº 3. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não identificou indicativos de impairment para seus ativos.

7.1 Movimentação

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (vi)	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas (vi)	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo - Imobilizado									
Terrenos	80	-	-	-	80	-	-	-	80
Imóveis e construções	7.805	85	-	1.275	9.165	868	-	-	10.033
Máquinas e equipamentos	33.175	2.541	(111)	4.524	40.129	14.393	(306)	14.845	69.061
Móveis e utensílios	11.277	1.174	-	437	12.888	2.326	-	28	15.242
Veículos	3.387	-	(434)	151	3.104	350	-	-	3.454
Computadores e periféricos	2.353	414	-	133	2.900	743	(70)	30	3.603
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	883.679	38.843	(28)	12.128	934.622	64.758	-	6.908	1.006.288
Provisão para abandono de poços	-	23.666	-	-	23.666	-	(8.010)	-	15.656
Direito de produção de óleo e gás (ii)	-	79.880	-	20.629	100.509	-	(4.880)	-	95.629
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (iii)	20.629	-	-	(20.629)	-	30.431	-	-	30.431
Almoxarifado para inversões fixas (iv)	31.793	76.327	(52.243)	(12.142)	43.735	140.944	(56.843)	(7.204)	120.632
Adiantamento para aquisição de ativos fixos	1.988	16.930	(37)	-	18.881	57.350	(10.959)	-	65.272
Bens imobilizados em andamento (v)	2.236	15.507	(1.645)	(7.529)	8.569	53.317	-	(14.790)	47.096
Total	998.402	255.367	(54.498)	(1.023)	1.198.248	365.480	(81.068)	(183)	1.482.477
Depreciação, amortização e depleção									
Imóveis e construções	(4.460)	(579)	-	-	(5.039)	(723)	-	-	(5.762)
Máquinas e equipamentos	(9.995)	(4.109)	103	-	(14.001)	(5.945)	837	-	(19.109)
Móveis e utensílios	(6.819)	(856)	-	-	(7.675)	(1.118)	1	-	(8.792)
Veículos	(1.970)	(271)	283	-	(1.958)	(246)	-	-	(2.204)
Computadores e periféricos	(1.161)	(282)	-	-	(1.443)	(350)	68	-	(1.725)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(587.905)	(62.701)	-	-	(650.606)	(50.090)	-	-	(700.696)
Provisão para abandono de poços	-	-	-	-	-	(2.897)	-	-	(2.897)
Direito de produção de óleo e gás - Amortização	-	(75)	-	-	(75)	(6.055)	-	-	(6.130)
Total	(612.310)	(68.873)	386	-	(680.797)	(67.424)	906	-	(747.315)
Custo - Intangível									
Softwares	8.649	1.604	-	1.023	11.276	2.934	-	183	14.393
Amortização									
Softwares	(4.042)	(895)	-	-	(4.937)	(1.421)	-	-	(6.358)
Total do imobilizado e intangível	390.699	187.203	(54.112)	-	523.790	299.569	(80.162)	-	743.197

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (vi)	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas (vi)	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo - Imobilizado									
Terrenos	105	-	-	-	105	-	-	-	105
Imóveis e construções	13.121	953	-	1.275	15.349	1.174	(7)	4.726	21.242
Máquinas e equipamentos	43.503	7.862	(11.089)	4.524	44.800	21.934	(1.312)	18.031	83.453
Móveis e utensílios	13.105	5.456	-	1.182	19.743	4.494	(35)	(494)	23.708
Veículos	3.536	680	(434)	151	3.933	1.890	-	-	5.823
Computadores e periféricos	3.060	2.020	-	(613)	4.467	1.020	(70)	831	6.248
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	950.147	153.686	(279)	29.658	1.133.212	482.759	-	163.151	1.779.122
Provisão para abandono de poços	24.153	45.435	-	-	69.588	25.710	(8.010)	-	87.288
Direito de produção de óleo e gás (ii)	1.237.215	1.580.644	-	81.176	2.899.035	-	(4.880)	-	2.894.155
Gastos exploratórios	-	-	-	-	-	3.766	-	-	3.766
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (iii)	20.628	60.548	-	(81.176)	-	30.431	-	-	30.431
Almoxarifado para inversões fixas (iv)	55.413	226.671	(122.879)	(29.672)	129.533	529.176	(137.130)	(157.457)	364.122
Adiantamento para aquisição de ativos fixos	5.686	21.891	(325)	-	27.252	76.136	-	(7.031)	96.357
Bens imobilizados em andamento (v)	6.982	24.640	(10.180)	(7.529)	13.913	71.812	-	(21.940)	63.785
Total	2.376.654	2.130.486	(145.186)	(1.024)	4.360.930	1.250.302	(151.444)	(183)	5.459.605
Depreciação, amortização e depleção									
Imóveis e construções	(6.104)	(742)	-	-	(6.846)	(791)	-	-	(7.637)
Máquinas e equipamentos	(12.133)	(2.886)	501	-	(14.518)	(5.685)	1.638	-	(18.565)
Móveis e utensílios	(6.928)	(1.095)	-	-	(8.023)	(1.975)	36	-	(9.962)
Veículos	(1.970)	(270)	283	-	(1.957)	(486)	-	-	(2.443)
Computadores e periféricos	(4.164)	(1.004)	-	-	(5.168)	(603)	68	-	(5.703)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(609.604)	(88.959)	-	-	(698.563)	(150.427)	-	-	(848.990)
Provisão para abandono de poços	(3.658)	(4.034)	-	-	(7.692)	(13.013)	-	-	(20.705)
Direito de produção de óleo e gás - Amortização	(135.181)	(132.560)	-	-	(267.741)	(160.491)	-	-	(428.232)
Total	(779.742)	(231.550)	784	-	(1.010.508)	(333.471)	1.742	-	(1.342.237)
Custo - Intangível									
Softwares	9.195	1.789	-	1.024	12.008	3.025	(172)	183	15.044
Amortização									
Softwares	(1.185)	(380)	-	-	(1.565)	(1.556)	74	-	(3.047)
Total do imobilizado e intangível	1.604.922	1.900.345	(144.402)	-	3.360.865	918.300	(149.800)	-	4.129.365

- (i) O “investimento para incremento de produção” corresponde a motores, transformadores, equipamentos ou gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços em campos que tiveram sua comercialidade provada. A depreciação destes bens e a depleção dos gastos são feitos utilizando-se o percentual de produção atual em relação à reserva provada desenvolvida em produção de cada campo. A avaliação da reserva total em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas pelo perito independente Netherland Sewell & Associates, Inc.
- (ii) O “direito de produção de petróleo e gás” representa o custo de aquisição das concessões para a exploração dos campos de petróleo e gás natural.

PetroRecôncavo – Polo Remanso

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmária, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia.

O valor da aquisição foi de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões, que, abatidos da geração de caixa do ativo desde julho de 2020 até a data de fechamento, totalizaram US\$7,6 milhões, equivalentes a R\$41,5 milhões, foram pagos no 22 de dezembro de 2021, data do fechamento da transação. Como parte do ajuste de preço, a Companhia reclassificou contas a receber da Petrobras no montante de R\$9.947 referentes a receitas contratuais não recebidas entre a data da assinatura do contrato e a conclusão da transação; e (iii) US\$5,0 milhões foram pagos em dezembro de 2022. O valor total registrado no ativo referente a compra, após todos os ajustes contratuais, desse ativo foi de R\$95.629.

Recôncavo – Polo Remanso

Os blocos terrestres BT-REC-10 e BT-REC-14 foram adquiridos através da 4ª, 6ª e 9ª rodada de licitação da ANP – Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. O valor do custo desse ativo é de R\$1.248.

Potiguar – Polo Riacho da Forquilha

Em 25 de Abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. No fechamento da transação, o Grupo registrou o montante de R\$1.235.967 como ativo. No ano de 2021, o Grupo registrou o montante de R\$313.805 referente à parcela remanescente a pagar para a Petrobras, ver nota explicativa nº 11. O valor total do ativo registrado é de R\$1.549.772.

SPE Miranga - Polo Miranga

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“onshore”) Apraiús, Biriba, Fazenda Onça, Jacuípe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana, que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia. A transação foi concluída em 6 de dezembro de 2021.

O valor registrado do ativo é de R\$1.247.506, sendo que: (i) R\$60.548 (US\$11,0 milhões) foram pagos no dia da assinatura; (ii) R\$247.919 (US\$44,0 milhões) foram pagos na data de fechamento da transação, 6 de dezembro de 2021; (iii) R\$105.676 (US\$20,3 milhões) foram pagos em dezembro de 2022; iv) R\$761.792 se referem a parcelas a pagar conforme descrito na nota explicativa nº 11.

- (iii) Os valores adicionados em 2022 na rubrica “adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás” referem-se a adiantamento requerido pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para que fosse iniciada a fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição da totalidade das participações da Petrobras em um conjunto de concessões de campos terrestres de E&P e instalações associadas (Polo Bahia Terra), localizadas nas Bacias do Recôncavo e de Tucano, no Estado da Bahia, Brasil. Os valores de 2021 referem-se a transações já concluídas e transferidas para a rubrica “direito de produção de óleo e gás”.
- (iv) Os motores, equipamentos de produção e materiais diversos que serão utilizados para incremento na produção são registrados na conta “almoxarifado de inversões fixas”. A depreciação desses bens é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão, a partir do momento que eles são transferidos para a rubrica de “investimento para incremento de produção”.
- (v) Os bens imobilizados em andamento representam itens de imobilizado que estão em processo de construção ou transporte e que ainda não estão prontos para utilização.
- (vi) As baixas dos valores reconhecidos na linha de “almoxarifado para inversões fixas” representam, principalmente, motores, equipamentos de produção e materiais diversos que foram utilizados em atividades de reparo e manutenção e reconhecidos no custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos.

7.2 Bens dados em garantia

A Companhia possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164, movido contra a controladora.

8. FORNECEDORES

Prática contábil

Os fornecedores estão classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em moeda nacional	74.054	32.464	336.451	88.206
Em moeda estrangeira	10.579	4.217	14.450	10.194
Partes relacionadas (nota nº 15)	21.797	21.519	1.251	308
Total	<u>106.430</u>	<u>58.200</u>	<u>352.152</u>	<u>98.708</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos estão classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

Posição empréstimos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FINEP	331	1.648	331	1.647
Empréstimos bancários	670.168	-	670.168	762.081
Custos a amortizar	(14.918)	(137)	(14.918)	(22.437)
Total	655.581	1.511	655.581	741.291
Total circulante	14.011	1.211	14.011	281.762
Total não circulante	641.570	300	641.570	459.529

9.2 Movimentação

Movimentação dos empréstimos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.734	894.040
Adições	60.479	60.479
Pagamentos de principal	(59.145)	(283.210)
Juros pagos	(1.194)	(58.399)
Juros provisionados	1.250	55.574
Amortização do custo de captação	97	12.991
Variação cambial	(2.703)	59.816
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.511	741.291
Adições	658.438	658.438
Custo de captação	(14.918)	(14.918)
Pagamentos de principal	(1.317)	(704.675)
Juros pagos	(81)	(41.581)
Juros provisionados	12.995	45.722
Amortização do custo de captação	65	21.874
Variação cambial	(1.112)	(50.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.581	655.581

Empréstimos por moeda	Controladora		Consolidado	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Análise de empréstimos por moeda:				
31 de dezembro de 2021:				
FINEP	1.511	-	1.511	-
Empréstimos bancários	-	-	-	132.541
31 de dezembro de 2022:				
FINEP	304	-	304	-
Empréstimos bancários	-	125.587	-	125.587

Abaixo apresentamos o cronograma de vencimento dos empréstimos classificados no não-circulante:

Empréstimos não circulante	Consolidado
2024	90.990
2025	89.056
2026	88.921
2027	372.603
Total	641.570

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu financiamento perante a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Não houve alterações nas condições de financiamento divulgadas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária SPE Miranga S.A., assinou contrato para a aquisição de 100% da participação da Petrobras em 9 (nove) campos terrestres. Com o objetivo de financiar parte do pagamento da aquisição, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo Internacional nº AGE1187904 com a instituição financeira Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor de total de US\$11.000, com taxa de juros fixa de 3,7225%. O empréstimo foi integralmente pago em 2021.

A Controlada Potiguar adquiriu, em 25 de abril de 2019, empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o recebido foi de US\$195.428. O empréstimo foi integralmente pago em 2022.

Em 27 de setembro de 2022, a Controladora captou US\$126.000, com o objetivo de: (i) simplificação dos *covenants* e garantias, a flexibilização dos compromissos de *hedge*, permitir a reorganização corporativa anunciada em 05 de setembro de 2022 e a liberação de todas as garantias reais (penhora de ações, de direitos de concessão, de ativos, etc.); (ii) reduzir os custos de empréstimos com taxas de juros mais baixas; e (iii) alongamento da dívida, reescalando o ritmo atual de amortizações. As instituições financeiras credoras, lideradas pelo Banco Itaú BBA, foram Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Safra S.A.

O Financiamento terá vencimento em 60 meses a contar da data de assinatura do “*Credit Agreement*” e juros remuneratórios, a partir do desembolso, correspondente à taxa de referência Term SOFR para 6 meses, acrescido de 3,70% ao ano.

As Controladas operacionais, também, participam do contrato como Garantidoras.

Abaixo, descrição dos *covenants* do financiamento:

- a) No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) da Controladora não deve ser maior que 3,00;
- b) No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das Reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) não deve ser menor que 1,50;
- c) Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Fundos Cambiais) da Controladora não deve ser menor que R\$100.000

Em substituição às obrigações de *hedge* de petróleo, a Companhia deve manter parte de sua produção de gás natural contratada a preços pré-determinados (fixo ou piso) durante o prazo do financiamento.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia esteve em *compliance* com seus *covenants*.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática contábil

a) Imposto de renda, contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações dos resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões admitidas pela legislação fiscal, deduzido do incentivo de redução mencionado abaixo.

b) Incentivos fiscais sobre impostos diretos (Imposto de Renda e Contribuição Social):

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Ao final de cada exercício social a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício, a qual não compõe a base de cálculo do dividendo, é transferida da conta lucro do exercício para reserva de lucros - incentivos fiscais. Esta reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, desde que a Companhia cumpra com todas as suas obrigações tributárias.

- Controladora

A Companhia goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 369.984 m³/ano e gás natural em 37.594.224 m³/ano, até o exercício de 2028.

- Controladas

A controlada Recôncavo goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 96.000 barris/ano de produção de petróleo, até o exercício de 2024.

A controlada Potiguar goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 635.772 m³/ano e gás natural em 157.678.680 m³/ano, até o exercício de 2029.

A controlada SPE Miranga S.A. goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 186.960 m³/ano e de gás natural em 650.257.860 m³/ano, até o exercício de 2031.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. São classificados no não circulante, independente da perspectiva de realização dos saldos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

10.1 Imposto de renda e Contribuição Social no resultado

Os valores de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto do IR e CSLL	1.158.693	207.069	1.324.600	233.617
Alíquota combinada de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL às alíquotas da legislação	(393.956)	(70.403)	(450.364)	(79.430)
Equivalência patrimonial (a)	325.402	37.998	-	-
Diferença de alíquota de tributos diferidos (b)	654	-	12.270	-
Juros sobre capital próprio	61.200	-	61.200	-
Outros	(2.456)	(3.562)	2.065	(4.808)
Crédito presumido de ICMS	3.725	-	3.725	-
Redução - incentivo fiscal	129	5.797	199.895	27.520
Imposto de renda e contribuição social	(5.302)	(30.170)	(171.209)	(56.718)

- (a) Conforme lei 12.973 de 13 de maio de 2014, a partir de 1º de janeiro de 2020 o lucro da controlada Reconcavo America passou a ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da Companhia.
- (b) Refere-se a diferença entre alíquota nominal e efetiva oriunda do benefício fiscal da Sudene sobre as diferenças temporárias de variação cambial que a partir de 2022 passaram a ser tributadas pelo regime de caixa.

10.2 Imposto de renda e Contribuição Social diferidos no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Provisão para abandono de poços	2.011	4.052	6.513	6.217
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	131.781	157.992
Prejuízo fiscal/base negativa	13.472	13.267	13.472	46.088
Variação cambial não realizada	-	-	15	-
Provisões e outras diferenças temporárias	17.932	8.153	45.764	17.880
Total	33.415	25.472	197.545	228.177
Passivo				
Adoção CPC (imobilizado) (a)	4.116	4.780	4.188	4.890
Depleção acelerada	-	-	20.968	-
Variação cambial não realizada	1.189	-	10.572	6.018
Total	5.305	4.780	35.728	10.908
Total de IR e CSLL diferidos	28.110	20.692	161.817	217.269
Total do tributo diferido ativo	28.110	20.692	167.840	222.941
Total do tributo diferido passivo	-	-	6.023	5.672

(a) Refere-se a diferenças temporárias entre base contábil e tributária, decorrente da adequação das demonstrações financeiras da Companhia às IFRS.

A Administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias serão realizados na proporção que os contratos de derivativos forem vencendo, que os poços forem abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2023	24.767	30.567
2024	3	96.972
2025	3	34.829
2026	3	10
2027 em diante	8.639	35.167
Total	33.415	197.545

11. VALORES A PAGAR POR AQUISIÇÕES

Prática contábil

Os valores registrados nessa rubrica estão registrados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do resultado.

Os montantes classificados como custo amortizado estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Todos os montantes são devidos em dólares norte-americanos e são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

Os montantes classificados como valor justo pelo resultado foram mensurados com base nos valores contratuais que definem faixas de preço acordo com a média do Brent do ano de pagamento. O grupo utilizou-se da curva futura do Brent para estimar os valores contratuais a serem provisionados. Na data

de encerramento do balanço o preço médio do Brent para os anos de 2022, 2023 e 2024 resultaria no pagamento completo do passivo contingente e por isso todo o montante foi provisionado. O grupo revisa trimestralmente essas estimativas e qualquer diferença será reconhecida contra o resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
<u>Polo Remanso</u>				
Custo amortizado	-	27.903	-	27.903
<u>Polo Potiguar</u>				
Custo Amortizado	-	-	156.482	313.805
<u>Polo Miranga</u>				
Custo Amortizado	-	-	105.919	111.610
Valor justo através do resultado	-	-	143.485	-
Total circulante	-	27.903	405.886	453.318
Não circulante				
<u>Polo Miranga</u>				
Custo Amortizado	-	-	212.368	335.388
Valor justo através do resultado	-	-	300.018	474.343
Total não circulante	-	-	512.386	809.731
Total	-	27.903	918.272	1.263.049
Total em US\$	-	5.000	179.432	228.344

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Adições	28.455	1.281.300
Variação cambial	(552)	(18.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.903	1.263.049
Juros apropriados	1.328	7.672
Juros pagos	(1.374)	(3.102)
Variação cambial	(1.643)	(75.393)
Pagamento	(26.214)	(273.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	918.272

a) Polo Remanso

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso. O valor remanescente a pagar de 2021 dessa transação era de US\$ 5,2 milhões e foi pago em dezembro de 2022.

b) Polo Potiguar

Em 25 de Abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande

do Norte. A aquisição foi concluída no dia 9 de dezembro de 2019, após aprovação dos órgãos reguladores.

Na data, a Controlada deveria pagar à Petrobras um saldo remanescente correspondente a 16% do valor de aquisição ajustado, ou, aproximadamente, US\$56.000, condicionado à extensão das concessões de onze dos 34 campos adquiridos.

O processo de extensão das concessões envolve a apresentação para a Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) de Planos de Desenvolvimento que demonstrem um plano de investimento e produção viável para além do período contratual atual. Em 5 de março de 2020, a Potiguar apresentou à ANP os Planos de Desenvolvimento para os onze campos listados acima. O processo de avaliação das extensões é gerido pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção da ANP, que julga a estratégia de desenvolvimento apresentada, o cronograma físico-financeiro dos projetos de desenvolvimento da produção, o aumento da capacidade produtiva das instalações, provisões financeiras para descomissionamento e abandono das instalações, dentre outros pontos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração entende que as renovações serão aprovadas e, portanto, registrou no ano de 2021 o montante de R\$313.805 no passivo circulante. Esse valor refere-se ao valor total desta parcela. O Contrato de Compra e Venda pela aquisição firmado com a Petrobras não prevê atualização deste montante.

Durante o exercício de 2022, a Controlada desembolsou aproximadamente US\$31 milhões referente à extensão das concessões Lorena, Baixa do Algodão, Boa Esperança, Fazenda Malaquias, Leste de Poço Xavier, Brejinho, Cachoeirinha, Fazenda Curral e Pajeú.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo remanescente corresponde a 8,3% do valor de aquisição ajustado, conforme demonstrado abaixo:

Campo	Percentual
Livramento	1,8%
Riacho da Forquilha	6,5%
Total	8,3%

c) Polo Miranga

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“*onshore*”) que constituem o Polo Miranga, na Bacia Recôncavo, na Bahia. A aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

Os valores a pagar da aquisição foram mensurados pelo custo amortizado e pelo valor justo através do resultado como seguem:

Custo amortizado:

- US\$20,0 milhões pagos dezembro de 2022;
- US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação;
- US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação;

Esses valores são atualizados a uma taxa de juros fixa de 1,5% a.a.

Valor justo através do resultado:

Como parte do contrato, a controlada Miranga, pode pagar até US\$ 85 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato. Esse estão atrelados ao preço médio do Petróleo Brent nos anos calendário de 2022, 2023 e 2024. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Controlada tinha registrado o valor máximo possível do passivo. Cada parcela, caso devido, será paga em março de cada ano subsequente à apuração.

12. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos pagamentos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

12.1 Perdas prováveis – trabalhistas e fiscais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas, e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	2.265	2.416	2.600	2.416
Processos fiscais	1.126	1.027	1.126	1.027
Total	3.391	3.443	3.726	3.443

A Companhia possui 63 processos trabalhistas (44, em 31 de dezembro de 2021), sendo 30 deles classificados como perdas prováveis (em 31 de dezembro de 2021, eram 19). A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroReconcavo consta como responsável subsidiária no processo.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.965	4.965
Pagamentos efetuados	(1.522)	(1.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.443	3.443
Provisões constituídas	745	1.080
Provisões revertidas	(762)	(762)
Pagamentos efetuados	(35)	(35)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.391	3.726

12.2 Perdas possíveis – trabalhistas, cíveis e previdenciárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos tributários	38.956	24.792	40.882	26.469
Processos trabalhistas	1.393	764	1.393	764
Processos regulatórios	2.274	500	7.486	869
Processos Cíveis	1.390	365	1.405	365
Total	44.012	26.421	51.166	28.467

Os processos tributários são compostos por causas pulverizadas, principalmente de tributos federais.

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e, principalmente, processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

Os processos regulatórios são compostos por causas pulverizadas com órgãos regulatórios.

13. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

Prática contábil

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente, desmobilizar e finalizar as atividades.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com abandono de poços são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo.

As estimativas são revisadas anualmente com base nas informações mais recentes sobre custos e planos de recuperação.

Quando a revisão das estimativas resultar em aumento da provisão de abandono de poços um aumento no ativo correspondente é registrado. No caso de diminuição da provisão a diminuição correspondente é registrada no ativo contanto que o valor da redução não supere o valor residual do ativo de provisão de abandono. Eventual parcela excedente é reconhecida imediatamente no resultado na linha de outras receitas e despesas operacionais.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.914	40.111
Constituição de provisão	23.667	44.480
Atualização	1.339	6.563
Reversão	-	(6.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.920	85.114
Constituição de provisão	-	25.710
Atualização	4.573	10.797
Reversão	(8.010)	(8.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.483	113.611
Total do passivo circulante	-	9.724
Total do passivo não circulante	32.483	103.887

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Prática contábil

O Grupo utiliza instrumentos derivativos de proteção para variação nos preços de commodities (“hedge”). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta mensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge”, no caso da adoção da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”).

O Grupo designa os derivativos como instrumentos de “hedge”, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (“hedge” de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de “hedge” e os itens protegidos por “hedge”, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. O Grupo também documenta, tanto no início do “hedge”, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de “hedge” são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por “hedge”.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como instrumentos de “hedge” nas estratégias de “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial de controlada” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de “hedge” são liquidados, na mesma linha que o item objeto de “hedge” reconhecido. Quando o “hedge” deixa de cumprir os critérios para “hedge accounting”, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece enquanto operação ainda possuir expectativa de ocorrer, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados nos instrumentos de “hedge”, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas no patrimônio líquido são imediatamente reciclados para o resultado do exercício.

O valor justo total dos instrumentos derivativos de “hedge” é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido em uma estratégia de “hedge” é superior a 12 meses.

O Grupo aplicou contabilidade de “hedge” em relação ao fluxo de caixa altamente provável de vendas de petróleo. A existência de um relacionamento econômico foi determinada no momento da designação e prospectivamente através da comparação dos termos críticos do instrumento de “hedge” e do item objeto de “hedge”. O Grupo contratou derivativos para sua estratégia de “hedge” para proteção de um percentual do volume da produção estimada, conforme mencionado anteriormente.

A controlada Potiguar firmou contratos de compensação com as contrapartes Itaú BBA, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Deutsche Bank e Banco ABC. Os derivativos são apresentados a seguir:

Posição de instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros derivativos		
Contratos a termo de commodity passivo circulante	(285.183)	(231.125)
Contratos a termo de commodity passivo não circulante	(102.409)	(233.559)
Total	(387.592)	(464.684)

Movimentação dos instrumentos financeiros	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	119.196
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	(126.780)
Liquidação de contratos de derivativos	126.780
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	(583.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(464.684)
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	(441.631)
Liquidação de contratos de derivativos	441.631
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	77.092
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(387.592)

Em relação aos requisitos para a efetividade do “hedge”, a Administração concluiu que:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia de maneira significativa as alterações no valor justo da relação econômica dos instrumentos de “hedge”.

O índice de “hedge” da relação de proteção é de 1:1 e é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a Companhia efetivamente utiliza para proteger a quantidade de item protegido.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.902.843 (R\$1.863.916 em 31 de dezembro de 2021) e o capital a integralizar é de R\$259, totalizando um capital subscrito de R\$2.903.102. Esse está representado por 293.056.784 (duzentas e noventa e três milhões, cento e setenta mil e setecentos e oitenta e quatro) ações ordinárias (248.517.120 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do montante subscrito e integralizado do capital social foram deduzidos os custos com a emissão das ações da oferta pública inicial feita em maio de 2021 e da oferta subsequente de ações feita em junho

de 2022, referentes a gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de banco de investimentos, corretores, etc.), gastos com publicidade, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro. Esses custos totalizaram R\$113.140 (R\$75.727 em 31 de dezembro de 2021) e foram registrados líquidos do seu efeito fiscal de R\$38.468 (R\$25.749 em 31 de dezembro de 2021) no montante líquido de R\$74.673 (R\$49.980 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o valor do capital social subscrito integralizado líquido dos custos com emissão de ações era de R\$2.828.170 (R\$1.813.936 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 as ações ordinárias estavam assim distribuídas:

Acionista	PetroRecôncavo S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	67.536.716	82.536.716
Fundos geridos pelo Opportunity	63.930.089	63.930.089
Eduardo Cintra Santos	14.749.105	14.749.105
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda	12.523.304	12.539.404
Outros acionistas	134.317.570	74.761.806
Total	293.056.784	248.517.120
Ações em tesouraria	(282.244)	(143.009)
Total líquido de ações em tesouraria	292.774.540	248.374.111

No exercício de 2022 a Companhia recomprou 345.000 ações (em 2021 recomprou 327.822) e entregou ou vendeu 205.765 (2021, 184.813) ações ordinárias para executivos e colaboradores estratégicos da Companhia, como parte de programas de remuneração baseados em ações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha 282.244 ações ordinárias em tesouraria (143.009 em 31 de dezembro de 2021) ao preço médio de R\$24,07, totalizando R\$6.793 (R\$2.292 em 31 de dezembro de 2021).

a) Movimentações do capital social

No exercício de 2022 e durante o exercício de 2021 ocorreram as seguintes movimentações:

Reunião	Data	Movimentações
Assembleia Geral Extraordinária	24/02/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Conversão da totalidade ações preferenciais, 949.005, em ações ordinárias; • Aprovação do aumento do capital autorizado, de R\$300.000.000,00 para R\$2.750.000.000,00; e, • Aprovação da abertura de capital da Companhia e autorização da submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria "A", perante a CVM.
Assembleia Geral Extraordinária	01/04/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, à razão de 1:2; • O capital social, anteriormente dividido em 83.911.766 ações ordinárias, passa a ser dividido em 167.823.532 ações ordinárias e sem valor nominal; • Aprovar o Programa de Incentivo Consolidado aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral em 1º de abril de 2021 ("Programa de Incentivo").
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2021	<ul style="list-style-type: none"> • A fixação do preço de R\$14,75 por ação ordinária de emissão da Companhia objeto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias;

		<ul style="list-style-type: none"> O aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.032.500.000,00, o qual passou de R\$674.941.437,37 para R\$1.707.441.437,37, mediante a emissão de 70.000.000 de novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que foram objeto da oferta pública supracitada. O capital social da Companhia passou a ser dividido em 237.823.532 ações ordinárias
Reunião do Conselho de Administração	02/06/2021	<ul style="list-style-type: none"> O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$154,9 milhões, o qual passará de R\$1.707 milhões para R\$1.862,3 milhões, mediante a emissão de 10,5 milhões novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
Reunião do Conselho de Administração	22/07/2021	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar a aquisição pela Companhia de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão, respeitando os limites legais (“programa de Recompra”), para (i) alienação ou cancelamento, e (ii) fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Programa de Incentivo Consolidado aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral em 1º de abril de 2021, mediante alienação e entrega de ações aos diretores estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas; Aumento do capital social da Companhia dos atuais R\$1.862,316.437,37, dividido em 248.323.532 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.093.962,37, dividido em 248.428.532 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado.
Reunião do Conselho de Administração	21/10/2021	<ul style="list-style-type: none"> Aumento capital social da Companhia, que passou de R\$1.863.093.962,37, dividido em 248.428.532 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.551.482,01, dividido em 248.482.668 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado.
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2021	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do capital social, que passou de R\$1.863.551.482,01, dividido em 248.482.668 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.916.056,99, dividido em 248.517.120 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado.
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2022	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$1.863.916.056,99, dividido em 248.517.120 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.864.105.015,31 dividido em 248.535.088 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado.
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2022	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar, por maioria de votos, a proposta da administração para que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$8.844.889,40, correspondente a 5% do valor do lucro líquido, seja destinado à reserva legal; (ii) o valor de R\$5.797.007,01, seja destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) o valor de R\$40.563.972,90, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado pela constituição das reservas legal e de incentivos fiscais, seja destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório; e (iv) o valor remanescente, ajustado pelo efeito do resultado negativo de transações com ações em tesouraria no valor de R\$77.543,84, correspondente a R\$121.614.373,51, à conta de reserva para investimento e expansão.
Reunião do Conselho de Administração	06/04/2022	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do capital social, que passou de R\$1.864.105.015,31 (um bilhão, oitocentos e sessenta e quatro milhões, cento e cinco mil e quinze reais e trinta e um centavos), dividido em 248.535.088 (duzentas e quarenta e oito milhões, quinhentas e trinta e cinco mil e oitenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.864.438.240,31 (um bilhão oitocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e um centavos), dividido em 248.580.088 (duzentas e quarenta e oito milhões, quinhentas e oitenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações.
Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2022	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, nas reuniões de 22/07/2021, 21/10/2021, 15/12/2021 e 25/02/2022.

Assembleia Geral Extraordinária	23/05/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital dentro do limite do capital autorizado aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06/04/2022, com a consequente consolidação do Estatuto Social; e • Aprovar a alteração do caput do Artigo 6º do Estatuto Social para aumentar o limite da autorização para aumento do capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, para até R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), conforme detalhado na Proposta da Administração, com a consequente consolidação do Estatuto Social.
Reunião do Conselho de Administração	31/05/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar, no contexto do Programa de Incentivo de Longo Prazo (“PILP”), a outorga de 699.661 (seiscentas e noventa e nove mil, e seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias aos participantes do PILP relativo ao exercício social de 2022, conforme Proposta do Comitê de Gestão de Pessoas.
Reunião do Conselho de Administração	03/06/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a realização da Oferta Restrita de, inicialmente, 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) Ações, observado que a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em virtude da possibilidade de colocação das Ações Adicionais.
Reunião do Conselho de Administração	14/06/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.034.000.000,00 (um bilhão, trinta e quatro milhões reais), o qual passará de R\$1.864.438.240,31 (um bilhão, oitocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e um centavos) para R\$2.898.438.240,31 (dois bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e um centavos), mediante a emissão de 44.000.000 (quarenta e quatro milhões de ações) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 248.580.088 (duzentas e quarenta e oito milhões, quinhentas e oitenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias para 292.580.088 (duzentas e noventa e duas milhões, quinhentas e oitenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias.
Reunião do Conselho de Administração	28/07/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar o encerramento do último Programa de Recompra de Ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2021. • Aprovar a aquisição pela Companhia de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão, respeitados os limites legais e com base em recursos disponíveis (“2º Programa de Recompra de Ações”).
Reunião do Conselho de Administração	02/09/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do capital social, que passou de R\$2.898.438.240,31 (dois bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta reais e trinta e um centavos), dividido em 292.580.088 (duzentas e noventa e duas milhões, quinhentas e oitenta mil e oitenta e oito) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$2.898.953.995,09 (dois bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e nove centavos), dividido em 292.629.060 (duzentas e noventa e duas milhões, seiscentas e vinte e nove mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações. • Aprovar a capitalização dos Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor total de R\$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais), com o consequente aumento de capital social da Potiguar E&P S.A. no valor de R\$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais). • Aprovar a capitalização dos Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor total de R\$34.935.013,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil e treze reais), com o consequente aumento de capital social da SPE Miranga no valor de R\$34.935.013,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil e treze reais), correspondente ao valor necessário para capital de giro.

Reunião do Conselho de Administração	29/09/2022	<ul style="list-style-type: none">Registraram que o capital social da Companhia passou de R\$2.898.953.995,09 (dois bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e nove centavos), dividido em 292.629.060 (duzentas e noventa e duas milhões, seiscentas e vinte e nove mil e sessenta) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$2.899.981.592,23 (dois bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), dividido em 292.730.696 (duzentas e noventa e duas milhões, setecentas e trinta mil, seiscentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações.
Reunião do Conselho de Administração	27/10/2022	<ul style="list-style-type: none">Registraram que o capital social da Companhia passou de R\$ 2.899.981.592,23 (dois bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), dividido em 292.730.696 (duzentas e noventa e duas milhões, setecentas e trinta mil, seiscentas e noventa e seis) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 2.902.442.964,34 (dois bilhões, novecentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), dividido em 292.978.934 (duzentas e noventa e duas milhões, novecentas e setenta e oito mil e novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações.
Reunião do Conselho de Administração	25/11/2022	<ul style="list-style-type: none">Aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício social de 2022, no montante bruto de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), correspondente a R\$ 0,614971 por ação. O valor por ação poderá ser modificado para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base nos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia.
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2022	<ul style="list-style-type: none">Registraram que o capital social da Companhia passou de R\$ 2.902.442.964,34 (dois bilhões, novecentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), dividido em 292.978.934 (duzentas e noventa e duas milhões, novecentas e setenta e oito mil, novecentas e trinta e quatro) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$2.902.842.464,59 (dois bilhões, novecentos e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 293.021.784 (duzentas e noventa e três milhões, vinte e uma mil e setecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações.
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2022	<ul style="list-style-type: none">Registraram que o capital social da Companhia passou de R\$ R\$2.902.842.464,59 (dois bilhões, novecentos e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 293.021.784 (duzentas e noventa e três milhões, vinte e uma mil e setecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$2.903.101.639,59 (dois bilhões, novecentos e três milhões, cento e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 293.056.784 (duzentas e noventa e três milhões, cinquenta e seis mil e setecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações.

Reunião do Conselho de Administração

27/12/2022

- Aprovaram a celebração do QPA pela Companhia, nos termos da minuta disponibilizada previamente aos membros do Conselho de Administração, para regular a aquisição pela Companhia da totalidade das quotas sociais da Maha Brasil, pelo valor de US\$ 138.000.000,00 (cento e trinta e oito milhões de dólares norte-americanos) sujeito a ajustes a serem calculados conforme os valores de dívida líquida, capital de giro, receitas, custos, despesas e investimentos incorridos pela Maha Brasil entre a data efetiva (effective date) de 1º de janeiro de 2023 até a data de fechamento da Operação.

15.2 Reserva de capital e reserva de lucros – Incentivos fiscais

a) Lucro da exploração.

A Companhia e suas controladas Recôncavo, Potiguar e Miranga gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações (ver nota explicativa nº 10).

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

b) Crédito presumido de ICMS

A Companhia goza de benefício fiscal de crédito presumido de ICMS à alíquota de 4,24% sobre a receita bruta. A diferença entre o valor do crédito presumido e os créditos que obtidos no curso normal das suas operações é reconhecida no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

15.3 Reserva para investimento e expansão

Registra a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, limitada ao montante equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada (iii) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia.

A constituição da Reserva para Investimento e Expansão pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos adicionais ao obrigatório aos acionistas.

No exercício de 2022, a Companhia constituiu reserva de investimento e expansão no montante de R\$ 771.240 (2021, R\$121.615).

15.4 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

No exercício de 2022, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$57.670 (2021, R\$8.845).

15.5 Resultado por ação

	PetroRecôncavo S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido	1.153.391	176.899
Média ponderada de ações emitidas	272.624.807	220.361.969
Resultado básico por ação - R\$	4,231	0,803
Média ponderada das ações e das opções de ações emitidas	273.452.140	221.500.920
Resultado diluído por ação - R\$	4,218	0,799

15.6 Dividendos propostos e Juros Sobre Capital Próprio

Conforme Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

a) Cálculo dos dividendos

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido	1.153.391	176.899
Reserva legal	(57.670)	(8.845)
Reserva de incentivo fiscal	(11.084)	(5.797)
Base para cálculo	1.084.637	162.257
Percentual	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	271.159	40.564
Juros sobre capital próprio líquido de IR retido	(167.533)	-
Dividendos mínimos obrigatórios constituídos	103.626	40.564
Dividendos adicionais propostos (a)	26.374	-
Total de dividendos propostos	130.000	40.564

b) Movimentação dos dividendos:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	40.564
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.566
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	103.626
Dividendos adicionais propostos (a)	26.374
Juros sobre capital próprio líquido de IR retido	167.533
Pagamentos	(205.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	132.790
Total de dividendos mínimos propostos no passivo circulante	106.416
Total de dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido (a)	26.374

- (a) Os dividendos adicionais propostos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em assembleia e não foram incluídos como passivo nestas demonstrações financeiras. Os dividendos adicionais propostos são mantidos no patrimônio líquido, em conta específica, conforme ICPC 08 (R1) até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas da Companhia.

15.7 Pagamentos baseados em ações

a) Ações diferidas.

i) Benefício extraordinário e Benefício de metas anuais (2020)

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a concessão de benefício extraordinário aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em virtude da conclusão da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, no montante total de R\$16.395, dos quais: (a) 25% (vinte e cinco por cento) foram pagos em dinheiro em julho de 2021, e (b) 75% (setenta e cinco por cento) remanescentes serão pagos em ações ou dinheiro, a critério da Companhia, em 3 (três) lotes iguais, respectivamente em 12 (doze), 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses, contados da data da liquidação do IPO.

Na supracitada reunião também ficou definida a concessão de benefício anual aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o atingimento das respectivas Metas Anuais. O benefício anual foi concedido na forma de entrega de Ações Diferidas, que serão entregues no final de três anos. Os pagamentos serão, a critério da Companhia, feitos em ações ou em dinheiro.

ii) Incentivo de Longo prazo (“ILP”)

Em 31 de maio de 2022, a Companhia aprovou o programa ILP de 2022. O programa de 2022 outorgou 699.661 (seiscentas e noventa e nove mil e seiscentas e sessenta e uma) ações diferidas para os participantes elegíveis.

O programa de ILP concede aos Participantes ações restritas (durante o período de *vesting*) em duas parcelas distintas, a parcela de retenção e a parcela *Total Shareholder Return* (“TSR”). Cada parcela representa 50% das ações outorgadas.

- Parcela Retenção

A parcela de Retenção é subdividida em três lotes. Esses têm *vesting* de 12, 24 e 36 meses e entregas de 20%, 30% e 50% das ações referentes à essa parcela, respectivamente. A entrega dessas ações está condicionada à permanência do participante no Grupo até o término do *vesting*.

- Parcela TSR

A parcela TSR é subdividida em dois lotes, “TSR Real” e “TSR Dólar”. O *vesting* dos dois lotes tem prazo de 36 meses. A entrega dessas ações está condicionada à permanência do participante até final do período de *vesting* e à valorização da ação da Companhia em comparação a índices referenciais acrescidos de um “*spread*”. A quantidade final das ações entregues pode variar de zero a 200% da parcela TSR, a depender da valorização da ação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoravam:

	Quantidade	Outorga	Validade	Valor justo do plano	"Vested" 31/12/2022	"Vested" 31/12/2021
Benefício extraordinário – 2ª parcela (a)	-	25/06/2021	25/06/2023	3.926	-	1.888
Benefício extraordinário – 3ª parcela	200.402	25/06/2021	25/06/2023	3.926	2.838	901
Benefício extraordinário – 4ª parcela	200.402	25/06/2021	25/06/2024	3.926	1.802	572
Benefício metas anuais - 2020	233.064	25/06/2021	25/06/2024	4.566	1.985	657
ILP 2022 - Parcela Retenção Lote I	69.965	31/05/2022	31/05/2023	2.020	1.127	-
ILP 2022 - Parcela Retenção Lote II	104.949	31/05/2022	31/05/2024	3.009	801	-
ILP 2022 - Parcela Retenção Lote III	174.932	31/05/2022	31/05/2025	4.986	843	-
ILP 2022 - Parcela TSR R\$	174.907	31/05/2022	31/05/2025	7.950	1.344	-
ILP 2022 - Parcela TSR U\$	174.908	31/05/2022	31/05/2025	7.518	1.271	-
Total	1.333.529			41.827	12.011	4.018

(a) Em setembro de 2022 a Companhia entregou 200.402 ações referentes à segunda parcela do benefício extraordinário.

Em consonância com o CPC 10 (R1), a Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas das ações diferidas, em contrapartida de reservas de capital, considerando a intenção da Companhia de efetuar essa liquidação com outorga de ações. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

Para os planos Benefício extraordinário e Benefício de metas anuais (2020), o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de outorga, 25 de junho de 2021.

Para o programa ILP, o valor justo corresponde a R\$24.797 calculado por meio de simulação de Monte Carlo para os preços de ação e taxa de câmbio futuros num arranjo neutro a risco. Na simulação, verifica-se o atingimento das metas de TSR, bem como as quantidades efetivamente transferidas, uma vez que o ILP prevê (1) um multiplicador de zero a 200% para a quantidade referente às Parcelas TSR, (2) que os proventos distribuídos pela Companhia durante do período de *vesting* serão convertidos em ações adicionais em função do número de ações recebidas nas Parcelas Retenção e TSR, dos proventos por ação no período de *vesting* e do preço da ação no término do *vesting*. As quantidades simuladas são multiplicadas pelos preços futuros simulados e o resultado é descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco.

b) Compra adicional de ações e programa de “matching”.

Ainda de acordo com a Reunião do Conselho de Administração, ocorrida no dia 25 de junho de 2021, em observância ao atingimento das respectivas Metas Anuais, os participantes do programa incentivado tiveram direito a compra adicional de ações que foram complementadas, em igual quantidade à compra, pela Companhia (“*matching*”). As ações compradas pelos executivos e colaboradores estratégicos e as ações do *matching* foram entregues em julho de 2021. Mesmo em posse dos executivos e dos colaboradores, essas ações possuem restrição de transferência (“*lock up*”) durante três anos, a contar da data de entrega pela Companhia. A quantidade total de ações compradas pelos executivos e colaboradores estratégicos foi de 88.911 ações ordinárias e igual quantidade foi entregue pela Companhia como *matching*.

c) Opções de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a executivos e colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Em função do desdobramento das ações da Companhia, ocorrido em 1º de abril de 2021, cada opção de compra pode ser convertida em duas ações ordinárias da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções possuem um período de carência para exercício, sendo que a carência de um terço das opções vence a cada ano após a data da outorga. Passado o período de carência, as opções podem ser exercidas a qualquer momento até a data em que expiram.

Os seguintes contratos de opções de ações vigoraram em 31 de dezembro de 2022. As quantidades de opções são aquelas remanescentes e não exercidas.

Série de Opções Data de emissão	Quantidade residual de opções	Data de outorga	Data de validade	Preço de exercício R\$	Valor justo na data da outorga R\$
10/10/2013	35.171	10/10/2013	09/10/2023	20,73	15,84
20/08/2014	138.000	20/08/2014	19/08/2024	21,41	16,99
13/05/2016	39.500	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

Em 1º de abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram que os números de ações referentes às opções de compra de ações de emissão da Companhia, já outorgadas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e ainda não exercidas até esta data, serão ajustados proporcionalmente, de modo a refletir o desdobramento das ações, desta forma cada opção exercida representará duas ações ordinárias da Companhia.

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a dispensa das restrições de transferências de ações (*'lock-up'*) então em vigor sobre ações de emissão da Companhia existentes nesta data, subscritas e/ou adquiridas por beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações que não sejam diretores estatutários da Companhia.

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que os períodos de carência expiraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício de 2022 foram exercidas 269.832 opções (2021, 96.794) e zero opções foram canceladas (2021, 19.500). A Companhia recebeu, em 2022, R\$ 4.926 (2021, R\$ 1.560) referente ao exercício dessas opções e tem a receber, a título de capital subscrito a integralizar o montante de R\$259 referente às opções exercidas na Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2022. Não houve opções expiradas durante o exercício de 2022 nem em 2021.

15.8 Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício 2022, a controlada Potiguar reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como *"hedge"* de fluxo de caixa no montante de R\$50.879 (R\$(385.361), em 31 de dezembro de 2021).

16. PARTES RELACIONADAS

Saldos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Outros ativos:</u>				
Recôncavo E&P	731	386	-	-
Miranga (d)	39.181	-	-	-
Potiguar (d)	58.650	6.534	-	-
PERBRAS (b)	5	5	5	5
Outros	14	-	-	-
Total de outros ativos	<u>98.581</u>	<u>6.925</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
<u>Dividendos a pagar</u>	<u>106.416</u>	<u>40.566</u>	<u>106.416</u>	<u>40.566</u>
<u>Dividendos a receber:</u>				
Recôncavo E&P	2.159	1.001	-	-
Miranga	77.218	3.014	-	-
Potiguar	100.125	-	-	-
Total de dividendos a receber	<u>179.502</u>	<u>4.015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Fornecedores:</u>				
Reconcavo America (a)	14.566	14.566	-	-
Potiguar (e)	3.555	5.318	-	-
Recôncavo	1.588	1.588	-	-
Miranga	1.325	-	-	-
PERBRAS (b)	523	47	873	308
Interservice	197	-	335	-
PetroSantander Colômbia	43	-	43	-
Total fornecedores	<u>21.797</u>	<u>21.519</u>	<u>1.251</u>	<u>308</u>

Transações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Outras Receitas:</u>				
Recôncavo (d)	778	2.577	-	-
Potiguar (d)	66.410	22.317	-	-
Miranga (d)	63.477	983	-	-
<u>Custos e despesas</u>				
Recôncavo E&P	-	(303)	-	-
Potiguar (e)	(20.608)	(10.072)	-	-
Miranga (e)	(14.021)	-	-	-
PERBRAS. (b)	(7.285)	(3.460)	(15.469)	(7.428)
PetroSantander Management Inc. (c)	(37)	(80)	(37)	(2.293)
PetroSantander Holdings GMBH (c)	(20)	(2.293)	(20)	(139)
PetroSantander Colômbia (c)	(452)	-	(452)	-
Interservice USA	(581)	-	(1.366)	-
Rateios (f)	98.634	7.361	-	-
Total	<u>186.294</u>	<u>17.030</u>	<u>(17.345)</u>	<u>(9.860)</u>

- (a) Refere-se ao valor que a Petroreconcavo deve a Recôncavo América devido à aquisição dos equipamentos que aconteceu em dezembro de 2020. Esta operação foi realizada através do REPETRO SPED, que é um regime aduaneiro e tributário especial relativo ao setor de Petróleo e Gás, que possibilita a produção, aquisição e/ou importação permanente ou temporária de bens utilizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural com desoneração total ou parcial da cadeia.

- (b) A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar possuem transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários, atualizados anualmente pelo IGP-M.
- (c) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de “homem hora” relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.
- (d) Refere-se a prestação de serviços (sondas e diversos) e venda de materiais da controladora para as controladas Potiguar e SPE Miranga.
- (e) Refere-se a venda do gás natural processado da controlada Potiguar para a controladora e da venda de materiais das controladas Miranga e Potiguar para a controladora.
- (f) Refere-se aos rateios de despesas administrativas corporativas para controladas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios - Diretoria (a)	4.748	2.554	4.777	2.575
Benefícios - Conselho de Administração (a)	4.354	2.103	4.354	2.103
Outros benefícios (b)	219	253	219	253
Participação nos lucros	4.227	3.141	4.227	3.141
Bônus por desempenho (c)	-	2.868	-	2.868
Pagamento baseado em ações (d)	10.131	4.742	10.131	4.742
Subtotal	23.679	15.661	23.708	15.682
Encargos sociais (e)	5.499	2.901	5.504	2.906
Total	29.178	18.562	29.212	18.588

- (a) Refere-se ao pró-labore, líquido de encargos sociais, dos diretores estatutários e dos conselheiros da Companhia.
- (b) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada.
- (c) Conforme descrito na nota explicativa nº 15 g) às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, no dia 25 de junho de 2021 foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, bônus extraordinário, relacionado ao sucesso da oferta pública inicial de ações da Companhia.
- (d) Referem-se a pagamentos e ao *vesting*, líquido de encargos, dos programas descritos na nota explicativa nº14.7.
- (e) Referem-se aos encargos sociais de ônus do empregador referente à remuneração dos diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

A remuneração do Conselho de Administração é determinada pelos acionistas. Em 27 de abril de 2022, os acionistas definiram, em assembleia geral ordinária, a remuneração máxima para o exercício de 2022 no montante de R\$25.426 (R\$23.000, 2021), excluindo-se encargos sociais de ônus do empregador.

17. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP - AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

O Grupo é concessionário de 59 campos de petróleo subdivididos entre o Polo Remanso, Polo Potiguar e Polo Miranga, além de possuir direito a blocos exploratórios no Polo Potiguar, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Pelos termos dos contratos de concessão mencionados, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que

venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Participações	Detalhes
"Royalties"	No percentual de 7,5% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (31 de dezembro de 2022, R\$240.876 e 2021, R\$103.980).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$ por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.
Pagamento aos proprietários de terra	Equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (31 de dezembro de 2022, R\$28.707 e 2021, R\$9.421).

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Prática contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares, conforme demonstrado abaixo.

a) Prestação de serviços:

Os honorários de exploração de óleo e gás são reconhecidos quando o volume dos produtos é transferido para o cliente, mediante aprovação da medição.

b) Vendas de produtos:

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

18.1 Composição da receita

As receitas de petróleo estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço contratual de venda do gás natural e seus subprodutos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta:				
Prestação de serviços	-	355.435	-	353.937
Venda de Petróleo	576.895	-	2.658.964	1.040.426
Venda de Gás e subprodutos	88.452	215	1.548.074	69.348
Contrato de Hedge	-	-	(441.631)	(126.780)
Total	665.347	355.650	3.765.407	1.336.931
(-) Deduções sobre a receita	(70.966)	(28.235)	(789.468)	(296.327)
Receita líquida	594.381	327.415	2.975.939	1.040.604

A Companhia encontra-se em discussão com a Petrobras acerca de possíveis discrepâncias nos valores dos créditos obtidos dos líquidos de gás natural (LGN). Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 5.

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(61.795)	(83.918)	(228.024)	(128.268)
Serviços	(56.132)	(21.539)	(78.513)	(42.859)
Consultoria, auditoria e honorários	(28.303)	(15.905)	(27.227)	(18.926)
Materiais	(43.917)	(40.725)	(85.819)	(74.956)
Custo de processamento e transporte de gás	(31.031)	-	(445.912)	-
Aluguéis	(32.197)	(12.289)	(63.066)	(25.091)
Eletricidade	(35.620)	(36.169)	(73.877)	(56.868)
Depleção, depreciação e amortização	(68.845)	(69.768)	(335.027)	(231.930)
Depreciação de direito de uso	(5.694)	(7.441)	(16.193)	(18.270)
Custo com campos não operados	(2.590)	-	(17.503)	(16.255)
Royalties	(47.783)	(1.407)	(240.876)	(103.980)
Pagamento baseado em ações e custos associados	(14.633)	(14.080)	(14.633)	(14.452)
Licenciamento ambiental	(51)	(3)	(13.398)	(13.207)
Outras	29.767	3.209	(6.960)	(10.936)
Total	(398.824)	(300.035)	(1.647.028)	(755.998)
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(409.333)	(241.040)	(1.534.412)	(667.850)
Gerais e administrativas	(27.137)	(50.136)	(110.377)	(62.844)
Outras receitas (despesas) líquidas	37.646	(8.859)	(2.239)	(25.304)
Total	(398.824)	(300.035)	(1.647.028)	(755.998)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Juros e rendimentos, líquidos	17.453	21.083	28.875	31.243
Juros de contrato de mútuo	6	97	6	-
Outras	116	86	154	109
Total	17.575	21.266	29.035	31.352
Variação cambial:				
Valores a pagar por aquisições	1.643	-	75.393	-
Fundo cambial	16.674	51.376	23.142	52.995
Empréstimos e Financiamentos	1.112	2.703	50.570	2.703
Outras	428	959	2.554	20.461
Total	19.857	55.038	151.659	76.159
Total receitas financeiras	37.432	76.304	180.694	107.511
Despesas financeiras:				
Juros sobre abandono de poços	(4.574)	(1.340)	(10.799)	(6.563)
IR sobre transações estrangeiras	(479)	(1.472)	(10.205)	(11.740)
Amortização custo de captação	536	-	(21.764)	(12.893)
Juros com empréstimos	(14.548)	(2.341)	(51.480)	(57.312)
Juros com arrendamento mercantil	(655)	(776)	(1.435)	(2.088)
Juros valores a pagar aquisições	(1.328)	-	(7.672)	-
Despesas bancárias e outras	(2.503)	(1.446)	(6.090)	(3.351)
Total	(23.551)	(7.375)	(109.445)	(93.947)
Variação cambial:				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	(62.518)
Fundo cambial	-	-	(100)	-
Outras	(2.055)	(998)	(4.749)	(2.035)
Total	(2.055)	(998)	(4.849)	(64.553)
Total despesas financeiras	(25.606)	(8.373)	(114.294)	(158.500)
Total	11.826	67.931	66.400	(50.989)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que suas operações e as de suas controladas possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Historicamente a Companhia financiou suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Companhia. Em 2021, a Companhia abriu seu capital para captação de recursos, tendo feito uma oferta pública subsequente em 2022 com a mesma finalidade. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a um leasing financeiro, um financiamento direcionado à inovação com a Finep e empréstimos bancários na

Controladora.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15) e endividamentos bancários e com a Finep.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

21.2 Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
<u>Custo amortizado (i)</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	83.601	172.288	361.028	217.159
Aplicações financeiras	4	1.233.639	531.863	1.250.163	655.644
Contas a receber de clientes	5	56.166	34.398	440.097	169.847
Dividendos a receber	16	179.502	4.015	-	-
Depósitos judiciais		2.608	2.445	2.608	2.445
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado (i)</u>					
Fornecedores	8	106.430	58.200	352.152	98.708
Empréstimos e financiamentos	9	655.581	1.511	655.581	741.291
Dividendos a pagar	15	106.416	40.566	106.416	40.566
Valores a pagar por aquisições	11	-	27.903	474.769	788.706
<u>Valor justo através do resultado abrangente (ii)</u>					
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	387.592	464.684
<u>Valor justo através do resultado</u>					
Valores a pagar por aquisições	11	-	-	443.503	474.343

(i) Não existem diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor justo considerando os prazos e as características desses ativos e passivos.

(ii) Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

21.3 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados têm como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

i) Caixa e equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha. Os investimentos nessas instituições estão detalhados na nota explicativa nº 4, onde as contrapartes possuem classificação de crédito mínima A-, em escala nacional, e são consideradas como tendo baixo risco de crédito para fins da avaliação da redução ao valor recuperável. As informações sobre a classificação de crédito são fornecidas por agências de classificação independentes quando disponíveis e, se não disponíveis, o Grupo usa outras informações financeiras publicamente disponíveis e seus próprios registros de negociação para classificar seus principais clientes. A exposição do Grupo e as classificações de crédito das suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração, detalhados na nota explicativa nº 4. Estas operações são realizadas com os Bancos do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Opportunity, Banco Santander S.A., Banco Safra S.A., Caixa Econômica Federal, Banco XP e Banco Bradesco S.A.

ii) Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, conforme detalhado na nota

explicativa nº 5.

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo negocia apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito. Antes de aceitar novos clientes, o Grupo avalia o risco de crédito do potencial cliente. Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Grupo possui valores provisionados a títulos de PCE referentes do contrato de “Swap” firmado com a Petrobras. Parte dos recebíveis referente ao supracitado contrato estão vencidos. O Grupo não possui outros títulos vencidos, além dos mencionados, no contas a receber de clientes.

Desde janeiro de 2022, a Companhia e suas controladas Recôncavo, Potiguar e SPE Miranga passaram a ser capazes de agregar novos *players* à sua base de clientes. O Novo Mercado do Gás possibilitou o acesso de produtores a Unidades de Tratamento de Gás Natural (UPGN’s) e, conseqüentemente, a possibilidade da venda do gás natural e seus derivados a um *pool* mais amplo de empresas.

Para a venda de petróleo, a Companhia e suas controladas continuam vinculadas exclusivamente à Petrobras.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2023	2024	2025	2026+	Total
Empréstimos e financiamentos	14.011	90.990	89.056	461.523	655.580
Instrumentos financeiros derivativos	285.183	102.409	-	-	387.592
Valores a pagar por aquisições	411.813	368.828	166.136	-	946.777

c) Risco de mercado

i) Risco de taxa de câmbio

No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 77% (31 de dezembro de 2021, 98%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de suas controladas estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do faturamento. No caso do petróleo, as receitas se referem à venda atrelada ao preço do Brent, cotado em dólares norte-americanos. Para o gás natural, as receitas estão vinculadas a contratos de preços fixos e variáveis em dólares. Os únicos contratos de venda, nesse período, cuja precificação se encontravam em reais se referiam à venda de GLP.

Com relação aos custos da Companhia, a maior parte estava denominada em Reais. Além disso, a controlada localizada nos Estados Unidos da América, Reconcavo America LLC, possui alguns ativos financeiros em dólar norte-americano (depósitos bancários), os quais são convertidos para Reais na data do balanço.

A Controladora, em 27 de setembro de 2022, adquiriu empréstimo em dólares norte-americanos, com objetivos e detalhes já descritos na seção de Empréstimos e Financiamentos.

O Grupo possui registrado, na rubrica de valores a pagar por aquisições, parcelas diferidas/contingentes de aquisições de ativos cujo valor está atrelado ao dólar norte-americano. Na Potiguar e na SPE Miranga foram reconhecidos, respectivamente, US\$56.232 e US\$165.100. Atualmente o saldo remanescente em dólar, atualizado com os juros previstos contratualmente, é US\$ 33.431 e US\$ 146.002, respectivamente.

Atualmente o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos para se proteger contra variações na taxa de câmbio. Entretanto, o Grupo mantém aplicações financeiras em fundos cambiais para reduzir sua exposição a passivos em dólar.

Controladora						
31/12/2022	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do US\$	5,4752	1.222.020	1.282.330	916.516	611.011
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Baixa do US\$	5,4752	670.168	703.242	502.626	335.084
Efeito líquido no resultado				27.237	(137.962)	(275.925)

Consolidado						
31/12/2022	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Alta do US\$	5,4752	1.238.420	1.299.539	1.548.026	1.857.632
<u>Passivo</u>						
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,4752	918.272	963.591	1.147.842	1.377.410
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	5,4752	670.168	703.242	837.710	1.005.252
Efeito líquido no resultado				(17.274)	(87.505)	(175.011)

(a) A taxa de conversão (R\$ para US\$) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foi obtida no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do dólar no Sistema de Expectativas de Mercado para dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa era de R\$5,2177.

(b) O Cenário A considera variação de 25%, enquanto o Cenário B considera variação de 50% sobre o real. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do câmbio) sobre o dólar efetivo de 31 de dezembro de 2022.

As análises de sensibilidade consideram o pior cenário (alta ou baixa do dólar) líquido entre ativos e passivos financeiros.

ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia, e suas controladas, virem a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (empréstimos) no mercado.

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, vinculadas à variação do CDI.

No lado do passivo, os juros são reconhecidos a um spread de 3,7% mais SOFR para 6 meses.

Em 31/12/2022- Saldos	Risco	Taxa (a)	Cenário Contábil	Controladora		
				Cenário Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12,25%	64.053	71.899	69.938	67.976
Efeito no resultado				(961)	(2.922)	(4.884)
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Alta da SOFR	4,905%	670.168	689.678	690.030	696.550
Efeito no resultado				(19.510)	(19.862)	(26.382)

Em 31/12/2022- Saldos	Risco	Taxa (a)	Cenário Contábil	Consolidado		
				Cenário Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12,25%	318.547	357.569	347.814	338.058
Efeito no resultado				(4.778)	(14.534)	(24.289)
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Alta da SOFR	4,905%	670.168	689.678	690.030	696.550
Efeito no resultado				(19.510)	(19.862)	(26.382)

(a) As taxas utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e no The Ice. Para o CDI, utilizamos como referência a expectativa do Bacen para 2023, enquanto para a Sofr, utilizamos a taxa projetada em dezembro de 2023.

(b) O Cenário A considera variação de 25%, enquanto o Cenário B considera variação de 50% sobre as taxas. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do índice) sobre a taxa efetiva de 31 de dezembro de 2022.

iii) Risco dos preços das commodities

Durante o período de 12 meses, findos em 31 de dezembro de 2022, 74% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2021, 97%).

Vale ressaltar que, a partir de 2022, novos contratos de gás natural foram assinados, e, muitos deles não possuem relação direta ao preço do petróleo.

Como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia mantém diversos contratos de “hedge”, tendo protegido um volume maior que 1.997 mil barris (47% da produção líquida de petróleo do ano) em 31 de dezembro de 2022 (2021, 966 mil barris, 65% da produção líquida de petróleo do ano) a um preço médio de US\$54,9/bbl em 31 de dezembro de 2022 (2021, US\$62,40/bbl).

	Risco	Consolidado				
		Preço (a)	Cenário Contábil	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
Receita operacional bruta - Óleo	Baixa do Brent	83,40	2.658.966	2.193.060	1.974.093	1.258.908
Receita operacional bruta - Gás	Baixa do Brent	83,40	613.671	507.225	460.253	306.836
Instrumentos financeiros - Hedge	Baixa do Brent	83,40	(441.631)	(293.519)	(213.978)	45.818
Total			2.831.006	2.406.766	2.220.369	1.611.562
Provável efeito no resultado				(424.240)	(610.637)	(1.219.444)

(a) Os preços das commodities utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas na agência de precificação de commodities ICE, e representam a média dos próximos 12 meses.

(b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% respectivamente sobre a média do preço do Brent demonstrados no cenário contábil.

A política da Companhia e suas controladas é a de contratar contratos a termo de *commodity* para gerir o risco de preço das commodities associado ao pagamento de empréstimos contratados. No exercício corrente, não houve necessidade de contratação de hedges adicionais, uma vez que a empresa entende estar suficientemente protegida em relação a flutuações de preços.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de *commodity* em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de "hedge". Os contratos a termo de *commodity* estão apresentados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no balanço patrimonial (para maiores informações, ver nota explicativa nº 13):

Instrumentos de "hedge" contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício	Quantidade	Valor justo dos instrumentos de "hedge"
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	US\$/barril	Em barris	R\$ mil
Menos de 3 meses	51,17	434.350	(77.998)
De 3 a 6 meses	51,80	462.000	(77.796)
De 6 a 12 meses	53,82	899.750	(129.389)
De 1 a 2 anos	58,18	1.012.250	(102.409)

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

Modalidades	Moeda	Valor Em Risco		Valor Máximo Indenizável	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Riscos ambientais	US\$	6.050	6.050	6.050	6.050
Danos materiais	US\$	45.543	164.273	25.100	25.100
Responsabilidade civil	US\$	3.000	3.000	3.000	3.000
D&O Empresarial	R\$	120.000	120.000	120.000	120.000

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás Natural (E&P), seja na prestação de serviços, seja na venda de produtos, que representa 100% da receita líquida da Companhia.

As informações reportadas à Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do Grupo.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adições por novos contratos IFRS 16	9.749	6.626	37.679	11.679
Conversão de mútuos em AFAC	-	29.150	-	-
Dividendos cancelados	-	-	-	304
Dividendos a receber	175.487	2.671	-	-
Dividendos e JSCP propostos e não pagos	106.416	40.564	106.416	-
Integralização de capital de investida com AFAC	16.500	-	-	-
<u>Transações com impacto no imobilizado:</u>				
Adições de provisão para abandono de poços	-	23.666	25.710	45.435
Reversões de provisão para abandono de poços	(8.010)	-	(8.010)	-
Adições com valores a pagar de aquisições	-	27.903	-	1.318.431
Adições com liquidação de contas a receber	-	9.947	-	9.947
Total	300.142	140.527	161.795	1.385.796

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Assinatura de contrato com a Sergas para fornecimento de gás natural

No dia 27 de janeiro de 2023, a Companhia assinou contrato de compra e venda para compor o portfólio de suprimento de gás natural da Sergas – Sergipe Gás S/A (“Sergas”).

O contrato tem vigência de 10 (dez) anos a partir da data de sua assinatura com modalidade firme, flexível e interruptível em seu teor. Os volumes firmes previstos são de 50.000 m³/dia de gás natural no segundo semestre de 2023 e 100.000 m³/dia de gás natural de 2024 a 2032.

Na modalidade de contrato interruptível e flexível, os compromissos de fornecimento e retirada só são estabelecidos mediante acordo prévio entre as partes, havendo a demanda por parte da Compradora e disponibilidade por parte da Vendedora.

O Preço do gás do referido contrato será constituído pela soma do repasse do custo de transporte (Parcela de Transporte) com a Parcela da Molécula. A Parcela da Molécula dos volumes firmes de gás natural do referido contrato é de 13,6% da cotação do Petróleo tipo Brent para 2023 e 2024 e 12,6% da cotação do Petróleo tipo Brent para 2025 a 2032. Foram determinados preços de piso e teto para cotação do Petróleo tipo Brent, que serão ajustados por inflação americana CPI anualmente.

O início do suprimento está condicionado à assinatura entre a Sergas e a TAG de contrato de transporte do gás natural, correspondentes às saídas dos pontos de entregas determinados pela compradora – contrato este que está em fase de negociação.

Aquisição da SPE Tieta Ltda. (nova razão social da Maha Energy Brasil Ltda.)

No dia 28 de fevereiro de 2023, a operação da aquisição da Maha Energy Brasil Ltda. foi concluída com o pagamento da primeira parcela no valor de US\$ 95.883.122,00, que corresponde a 60% do preço de aquisição (US\$82,8 milhões), somados os valores de caixa líquido (US\$3,7 milhões) e capital de giro (US\$9,3 milhões), conforme apurados na Data Efetiva (*effective date*) de 01 de janeiro de 2023.

A Companhia pagará ainda a segunda parcela correspondente 40% do preço de aquisição, no valor estimado de US\$55.200.000,00 (cinquenta e cinco milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) no prazo de até 06 (seis) meses a contar da data de conclusão da transação. Adicionalmente, os vendedores terão o direito a receber eventual *earnout*, de até US\$ 36.100.000,00 (trinta e seis milhões e cem mil dólares norte-americanos), conforme regras e procedimentos previstos no QPA, das quais até US\$ 24.100.000,00 (vinte e quatro milhões e cem mil dólares norte-americanos) estão relacionadas a variações do preço de Petróleo Brent nos próximos três anos. O pagamento ocorrerá se o preço do petróleo exceder US\$ 80,00 por barril, e o pagamento máximo será alcançado se o preço do petróleo exceder US\$ 90,00 por barril. Os US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares norte-americanos) restantes estão relacionados a sinergias com potenciais novos ativos que venham a ser adquiridos pela Companhia. Como garantia ao cumprimento de certas obrigações assumidas pelos vendedores no QPA, uma parcela do valor a ser pago a título de preço da aquisição será retida em uma conta “escrow” e poderá ser subsequentemente liberada aos vendedores conforme previstos no QPA. A companhia adquirida detém atualmente participação em seis contratos de concessão, os quais abrangem o Campo de Tartaruga, localizado na Bacia de Sergipe, o Campo de Tiê e blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo. A companhia adquirida é: (i) operadora do Campo de Tartaruga com 75% de participação em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que detém os 25% restantes; e (ii) operadora do Campo de Tiê e dos blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo com 100% de participação. A produção média de participação da Maha Energy nos Campos de Tiê (100%) e Tartaruga (75%) no mês de janeiro de 2023 foi de 2.018 barris de óleo por dia (bopd) e 48 mil m³/dia de gás natural.

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócio. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição. A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

	SPE Tieta Ltda.
	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	19.349
Tributos a recuperar	31.826
Outros ativos circulantes	9.831
Imobilizado e intangível	689.332
Outros ativos não circulantes	40.137
<u>Passivos</u>	
Fornecedores	(24.576)
Outros passivos circulantes	(17.231)
Passivos não circulantes	(16.610)
<u>Total de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos pelo valor justo</u>	<u>732.058</u>
<u>Total da contraprestação transferida (a)</u>	<u>732.058</u>

(a) A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que inclui acordo de contraprestação contingente também mensurada pelo valor justo na data de aquisição.